

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

MARIA MARTINS DA SILVA MÁGIO

**OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO ECOLÓGICO DE
PRORROGAÇÃO DA PIRACEMA NA POSIÇÃO-SUJEITO ALUNO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

Cáceres-MT

2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

MARIA MARTINS DA SILVA MÁGIO

**OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO ECOLÓGICO DE
PRORROGAÇÃO DA PIRACEMA NA POSIÇÃO-SUJEITO ALUNO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta.

Cáceres-MT

2014

Mágio, Maria Martins da Silva.

Os Efeitos de sentido do discurso ecológico de prorrogação da piracema na posição-sujeito aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA./Maria Martins da Silva Mágio. Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

99f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2014.

Orientadora: Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

1. Discurso ecológico. 2. Piracema - prorrogação. 3. Piracema - Lei. 4. Rio Paraguai – Cáceres/MT. I. Título.

CDU: 81'42(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

MARIA MARTINS DA SILVA MÁGIO

**OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO ECOLÓGICO, DE
PRORROGAÇÃO DA PIRACEMA, NA POSIÇÃO-SUJEITO ALUNO DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta - Orientadora – UNEMAT

Profa. Dr^a. Ana Maria Di Renzo -Convidada – UNEMAT

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues - Convidado – UEMS

Profa. Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar - Suplente – UNEMAT

APROVADA EM: __/__/____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Bernardo (*in memorian*) e Lázara, razão da minha existência.

Aos meus filhos Patrícia, Cláudia, Vanessa e Claudinel, razão de tudo para continuar, mesmo nas horas difíceis. Presentes especiais que Deus me concedeu.

Aos meus genros Jonas e Dennis e à minha nora Ana Clara por fazerem parte da nossa família e pelo apoio neste percurso. Ao meu futuro genro Maikon Carlos pelos momentos de escuta e pela assessoria jurídica.

Aos meus netos, Lucas Manoel, Cecília Maria, Arthur Claudinel, pelo sorriso que encanta e acalma. E, especialmente, ao Heitor Bernardo que “participou” deste processo embrionário de escrita, nas noites de longas leituras quando me deparava com ele perguntando:

“_ Vovó que horas vai terminar sua tarefa?”

Aos meus irmãos Benedito (*in memorian*), João Aparecido, Marliza e Arinaldo por serem parte de mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus por conceder-me o dom da vida e por tudo que a mim confiaste.

A minha família por me incentivar nesta caminhada.

A Ana Luíza, por todo trajeto percorrido nos estudos com a linguagem, pela confiança, pelo incentivo, pelos momentos de escuta, pela sua competência profissional, por me conduzir nos trilhos da linguagem teórica.

Ao Prof. Marlon pelo aceite em fazer parte da banca examinadora, por entender que o processo da pesquisa se faz não somente por aquilo que almejamos, mas por intermediações dos acontecimentos humanos.

À Profª Telma Domingues da Silva, pelo aceite em fazer parte do nosso trabalho, por trazer a esta pesquisa a cientificidade significativa da/para o estudo da linguagem.

A Ana Maria Di Renzo, por ter contribuído deste processo discursivo, no decorrer das aulas que me proporcionaram grande avanço nas leituras teóricas e pelo aceite em fazer parte desta banca, minha alegria, meus agradecimentos.

Aos Profs. Drs., Judite, Eliane de Almeida, Edileuza, Fabíola, Lima, Olímpia, Neuza, Vera Regina, Albano e Gislaíne, meu carinho, minha grande estima por tudo que contribuíram para meu percurso nesta incessante busca do saber linguístico.

Aos colegas do mestrado Claudinéia, Lucélia, Rosana, Helenice, Lúcia, Elisandra, Sueli, Érika, Weverton, Estela e Thalita. Pelas palavras de carinho e de ânimo no decorrer desse percurso, as conversas teóricas, as viagens, os eventos e as confraternizações, grandes lembranças.

A Estela, Érica, Weverton e a caçulinha da turma, Thalita, pelas horas de estudo, pelas palavras amigas, pelas leituras dos textos nas horas da dúvida, pelo apoio sempre, meu carinho.

A minha amiga, Soeli Aparecida Rossi, toda minha gratidão.

A Cristiane, a nossa Cris, pessoa autêntica e profissional.

Aos alunos do CEJA que participaram desta grande realização, meu carinho e admiração, por serem jovens e adultos que buscam o conhecimento.

A família, CEJA- Centro de Educação Jovens e Adultos todo o meu agradecimento.

A todos os meus amigo (a)s que participaram diretamente ou indiretamente, contribuíram com palavras de incentivo e com orações.

A SEDUC, por ter compreendido que o professor necessita/precisa “sair” da sala de aula para trilhar nos caminhos da pesquisa, uma vez que o conhecimento linguístico faz parte do processo de ensino-aprendizagem tanto no ensino pedagógico como na posição sujeito professor/pesquisador.

Ao CEP- Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso por compreender que a nossa pesquisa trilha o percurso da ciência e da ética.

Independente de existir ou não ciência, independente de existir ou não filosofias, idealistas ou materialistas, os homens falam, as línguas existem, seu estudo objetivo (científico) é possível, e, aliás, parcialmente realizado hoje em dia (PÊCHEUX, 2009, p.77).

RESUMO

Este trabalho está vinculado à Linha de Pesquisa dos Estudos e Análises dos Processos Discursivos e Semânticos do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, e inscrito no Projeto de Pesquisa: Cidade e Memória/CNPq/UNEMAT. Inscreve-se na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil tem como objetivos compreender os efeitos de sentido que o discurso ecológico de prorrogação da piracema significa no dizer do aluno/EJA. Esta pesquisa toma a língua em seu funcionamento, como objeto de análise, a partir do discurso de “Prorrogação da Piracema”, no município de Cáceres-MT, em 2009. O período da piracema é determinado, no Estado de Mato Grosso pela Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, como o período de defeso, entre os meses de novembro a fevereiro, em que acontecem as reproduções das espécies de peixes. A pesquisa analisa a posição-sujeito do aluno da Educação de Jovens e Adultos/EJA, discutindo os efeitos de sentido do discurso ambiental, o ecológico em distintas produções escritas por alunos da modalidade de ensino EJA; assim como, os discursos dos representantes de instituições do Estado em circulação na mídia. Para tanto, analisamos recortes de textos jornalísticos, como também textos escritos por alunos da EJA que dizem sobre o acontecimento discursivo de prorrogação da piracema, considerando as condições de produção, a posição-sujeito, a formação imaginária, a memória discursiva, os efeitos ideológicos que naturalizam o discurso e produzem na materialidade discursiva a evidência do sentido literal. Entendemos conforme Orlandi (2000), a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, como parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua historicidade. Assim, nesse jogo discursivo, discutimos como a lei que se institui em 2009, sobre a prorrogação da piracema, se significa e constitui o sujeito de direito e deveres, já que este não escapa ao processo de assujeitamento.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Sujeito. Prorrogação da Piracema. Lei. Rio Paraguai.

ABSTRACT

This study is linked to the Research Line of the Studies and Analysis of the Discursive and Semantic Processes, of the Master Program of Linguistics at the University of the state of Mato Grosso, and inscribed in the “Projeto de Pesquisa: Cidade e Memória/CNPq/UNEMAT (Research Project: City and Memory of UNEMAT University). It inscribes itself in the theoretic perspective of the Analysis of Discourse of the French line, of Michel Pêcheux, in France and Eni Orlandi, in Brazil; it has as its purpose the understanding of the effects of sense that the ecological discourse of the Prorogation (Extension) of the Fish Reproduction Period (“Prorrogação da Piracema”) itself means in the speech of the student/EJA (YOUNG AND ADULTS’ EDUCATION). This research takes the language in its functioning , as the object of analysis, starting from the discourse of the Prorogation (Extension) of the Fish Reproduction Period (“ Prorrogação da Piracema”), in the municipality of Cáceres- MT, in 2009. This Period of Fish Reproduction (“Piracema”) is determined, in the State of Mato Grosso, by the SEMA- Secretaria do Meio Ambiente (Environment Department), as the period of defense, in which the fish species’ reproduction occurs, from the months of November to February. The research analyzes the subject position of the student from EJA/ (YOUNG AND ADULTS’ EDUCATION), discussing the effects of the sense of the environmental discourse, the ecological in distinct productions written by students from EJA (YOUNG AND ADULTS’ EDUCATION) modality of teaching; as well as, the discourses of the representatives of State (Public) institutions in circulation on the media. For this purpose, we analyzed clippings from journalistic texts, as well as, texts written by students from EJA(YOUNG AND ADULTS’ EDUCATION), that mention the discursive happening of the Prorogation (Extension) of the Fish Reproduction Period (“Prorrogação da Piracema”), taking into consideration the conditions of production, the subject-position, the imaginary formation, the discursive memory and the ideological effects that naturalize the discourse and produce in the discursive materiality the evidence of the literal sense. We understand, according to Orlandi (2000), “the speech making sense, while symbolic work, as part of the general social work, constitutive of man and his history”. So, in this discursive game, we discuss how this law instituted in 2009, about the Prorogation (Extension) of the Fish Reproduction Period (“Prorrogação da Piracema”), means itself, and constitutes the subject of rights and duties, since this doesn’t escape from the process of antipersonification.

KEY-WORDS: Discourse. Subject. Prorogation (Extension) the Fish Reproduction Period (“Prorrogação da Piracema”). Law. Paraguay River

Lista de siglas e abreviaturas

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNER- Campanha Nacional de Educação Rural

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DF - Distrito Federal

DSU - Departamento de Ensino Supletivo

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra

EJA- -Educação de Jovens e Adultos

FEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e extingue a Fundação do Meio Ambiente

FUNDEPAN - Fundação de Desenvolvimento do Pantanal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MEC – Ministério da Educação

MNEA - Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPF - Ministério Público Federal

MT- Mato Grosso

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

ONGs - Organizações Não Governamentais

PCNs- Temas Transversais

SINIMA - Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente

SIRENA - Sistema Rádio Educativo Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

V CONFINTEA- Conferência Internacional de Educação de Adultos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	18
O DISCURSO AMBIENTAL: UM DIZER EM MOVIMENTO	18
1.1 O movimento ecológico: um discurso de preservação.....	20
1.2 As intervenções políticas e sociais sobre o discurso da preservação na década de 90	24
1.3 A regularidade jurídica: o discurso da Constituição de 1988	26
1.4 Os discursos de institucionalização do Artigo 225 na Carta Magna de 1988	27
1.5 Mato Grosso: os sentidos que emergem no/pelo percurso das águas	30
1.6 As políticas de Estado de Mato Grosso na década de 70	32
1.7 A SEMA: posição jurídica de um dizer	37
1.8 O discurso do ecológico: um dizer jurídico no Estado de Mato Grosso.....	41
CAPÍTULO II.....	47
O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS DE ENSINO.....	47
2.1 A inscrição jurídica da EJA: uma modalidade de ensino no Brasil	49
2.2. Educação jesuítica: um projeto colonizador	49
2.3 As políticas públicas e a EJA no Brasil	54
2.4 Campanhas e movimentos em prol da Educação de Jovens e Adultos	63
2.5 Constituição de novos dizeres no ensino da Educação de Jovens e Adultos	66
CAPÍTULO III	70
ESCOLA E ENSINO: UM DISCURSO NO ÂMBITO DA TRANSVERSALIDADE	70
3.1 O dizer do ecológico: uma memória discursiva.....	72
3.2 A posição-sujeito aluno/EJA no discurso	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

Na prática docente diária, às vezes, somos “pegos” pela *evidência*, do sentido isto é, realizamos trabalhos com diferentes materialidades que são fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem, mas deixamos passar de forma naturalizada.

Os PCNS-Temas Transversais nos orientam a trabalhar na sala de aula assuntos que estejam diretamente relacionados à realidade sócio-histórica e social dos alunos.

Nesta pesquisa, tomamos um dos temas discutidos, em 2009, a prorrogação da piracema, no município de Cáceres, localizado no Estado de Mato Grosso. Esta cidade situa-se à margem esquerda do rio Paraguai, conhecida como o “Portal do Pantanal” como lugar constitutivo do dizer. O epíteto reporta à tradição pesqueira da região, e, sobretudo, à entrada para o Pantanal. Cáceres traz na sua historicidade os já ditos sobre as atividades pesqueiras tradicionais e profissionais de seu povo.

A ambiência entre cidade e rio, em 2009, reveste-se de sentidos com o discurso de preservação das espécimes de pescados, em virtude da liminar federal de prorrogação da piracema. Os jornais noticiaram a prorrogação e justificavam a ação jurídica por falta de chuvas entre os meses que a SEMA determina o período de defeso no Estado. O fato torna-se um grande acontecimento político para o Estado de Mato Grosso: consta que o período da piracema se dá entre os meses de novembro a fevereiro, mas em 2009 esse período (de defeso) é prorrogado, no município de Cáceres-MT, por mais trinta dias.

A mudança política de dizer sobre o rio Paraguai instigou-nos a discutir, nesta pesquisa, os efeitos do discurso ecológico sobre a questão da pesca, especialmente, no poder local. O motivo da escolha deve-se à relação sócio-histórica e política que o rio exerce sobre a cidade e seus habitantes.

No sentido de propor um trabalho em sala de aula¹, dada as condições de produções em que se situa a cidade e o rio, nos fez pensar o texto do aluno como materialidade de análise. É interessante salientar que os alunos/EJA participantes desta pesquisa ocupam distintas profissões na sociedade, são pescadores, empresários do ramo turístico, esposa de empresários do ramo turístico, filhas e filhos de pais

¹ Este trabalho foi realizado com três salas de aula, aproximadamente com 56 alunos em que fizemos o processo das análises e procedimentos segundo Orlandi (2000, p.77), após as leituras selecionamos 15 recortes para análises.

pescadores, donas de casa, mecânico, serralheiro, pedreiro, padeiro, comerciantes, funcionários públicos em distintas profissões dentre outras. Dessa forma, tomamos os textos dos alunos com suas diferentes posições-sujeito para a construção das análises.

Para a realização desta pesquisa, primeiramente, obtivemos a autorização dos alunos e, no segundo momento, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP/UNEMAT².

Ressaltamos que o período da piracema é determinado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA como o período de defeso, quando acontecem as reproduções das espécies de peixes em todos os anos, entre os meses de novembro a fevereiro, nos rios do Estado de Mato Grosso.

Segundo a SEMA, o período de defeso da piracema é um processo natural, que ocorre em ciclos anuais e coincide com a estação das chuvas. Os peixes migratórios (peixes reofílicos) se deslocam rumo à cabeceira dos rios, em busca de alimentos e condições adequadas para o desenvolvimento das larvas e dos ovos³. Porém, esse “ritual” da desova também pode ocorrer após grandes chuvas, com o aumento do nível da água as quais ficam oxigenadas e turvas nos rios.

Conforme a SEMA, esse “ritual” começa com os peixes de escama (curimatá, pacu, piraputanga, dourado, etc.) e termina com os peixes de couro (pintado, cachara, jurupensém, jiripoca, etc.). Esse período instituído juridicamente tem por objetivo possibilitar a renovação dos espécimes, garantir os estoques pesqueiros para os anos seguintes. Em 2009, ocorre um fenômeno atípico na região, a escassez de chuvas nos últimos anos faz com que as autoridades ambientais⁴ solicitem ao MPF/MT a prorrogação do período de defeso no rio Paraguai e em seus afluentes do município de Cáceres-MT. Em que o Juiz Federal determina por meio de uma liminar a prorrogação

² Pesquisa autorizada conforme o Parecer nº 230/2012-CEP/UNEMAT, publicado em 13 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/cep/?link=historico>.

³ As fases de vida dos peixes podem ser divididas basicamente assim: ovo, larva, pós-larva, alevino, juvenil, matriz ou reprodutor. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pisci/manejo.shtm>. Acesso em: 27-12-2013.

⁴ Informações fornecidas pela Agência Fluvial da Marinha do Brasil em Cáceres-MT. Segundo o índice que mediu a quantidade de chuva entre janeiro e fevereiro deste ano, período oficial da proibição da pesca, houve uma considerável diminuição no volume das águas no rio Paraguai. Fonte: Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Mato Grosso. Assessoria de Comunicação em 04 de março de 2009. http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf.

do período de defeso por mais trinta dias nos rios do município e justifica a ação pública pela a escassez das chuvas nos últimos meses.

O acontecimento discursivo da liminar de prorrogação da piracema torna-se notícia nas primeiras páginas dos jornais escritos e televisivos, no município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Nessa direção, a pesquisa propõe compreender o funcionamento do discurso ecológico de preservação das espécies de peixes, considerando a posição sujeito e os efeitos de sentido do discurso de prorrogação da piracema, em distintas produções dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, bem como nos discursos dos representantes de instituições públicas ambientais em circulação na mídia.

Para construirmos o estudo, inscrevemo-nos na perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux e, no Brasil, Eni Orlandi. Neste trabalho, compreendemos a língua conforme Orlandi (2000, p.15) “[...] fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Faremos também uma interface com os estudos no âmbito da Sociologia que abordam os movimentos ambientalistas e ecológicos que mais se destacaram nos últimos anos. Este trabalho fundamenta-se em autores como Ferreira (1987), Viola (1987, 1991), Silva (1995), Motta (2003, 2009) Tozoni-Reis (2004), entre outros.

É preciso traçar o processo metodológico para a constituição do *corpus*, antes de adentrarmos a questão discursiva desse estudo. A metodologia adotada em sala de aula para promover a discussão sobre a temática sobre a prorrogação da piracema em 2009 em Cáceres- MT, se constitui a partir da leitura de textos jornalísticos que circularam na mídia local, estadual e no âmbito midiático nacional. Essa discussão sobre a temática foi proposta visando à produção escrita do artigo de opinião.

Partimos do pressuposto teórico da Análise de Discurso que trabalha a linguagem na sua concepção social e histórica e, sobretudo, que as condições de produção de um discurso não são como “filtros ou freios”, (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, p.179), mas um discurso constituído por um funcionamento linguístico não vazio nele mesmo. Assim, tomamos, neste estudo, o discurso da mídia em sala de aula como material pedagógico, selecionando textos jornalísticos, leis que determinam sobre a preservação das espécies e reportagens com entrevistas de especialistas sobre a preservação das espécies. Nessa direção, mobilizamos os conceitos de condições de

produção, posição-sujeito, formação discursiva, formação imaginária, memória e os efeitos de sentido do discurso ecológico nas produções dos alunos.

Esta pesquisa constitui-se de três capítulos. No Capítulo I, fazemos um percurso considerando o lugar em que se determina a prorrogação, a cidade de Cáceres-MT, e uma breve apresentação do Estado de Mato Grosso como aquele que detém as principais Bacias Hidrográficas brasileiras, dada a hidrografia mato-grossense que comporta o Pantanal.

Apresentamos um breve percurso, considerando os movimentos ambientalistas que mais se destacaram no Brasil e no mundo, sob a luz da Sociologia ambiental. Movimentos discursivos que mobilizam diferentes formações discursivas e ideológicas. Diante do discurso jornalístico e do discurso jurídico discutiremos os efeitos ideológicos que naturalizam o discurso e produzem na materialidade discursiva a evidência do sentido literal.

No Capítulo II, realizamos um percurso sócio-histórico sobre o processo de intitucionalização da educação de jovens e adultos/EJA, modalidade de ensino que tem como base política de ensino a alfabetização de jovens e adultos no Brasil. A EJA tem como objetivo principal o trabalho com jovens e adultos trabalhadores, no caso da escola selecionada para esta pesquisa, há um público que tem com o rio uma relação produtiva de trabalho, de memória. Nessa direção, trabalhamos o papel das instituições como lugar que rege e determina a funcionalidade do dizer do direito à educação de jovens e adultos no Brasil.

No Capítulo III, apresentamos uma breve caracterização dos PCNs - Temas Transversais que orientam a prática docente relacionando temas associados à realidade dos alunos. Tomamos, então, a liminar de prorrogação como um dizer discursivo que articulado ao planejamento pedagógico propicia a leitura de textos e a produção escrita do artigo de opinião na sala de aula da modalidade/EJA. É neste capítulo que tomamos o texto do aluno/EJA como materialidade de análise, discutindo como se dá o movimento da língua na posição-sujeito de cada aluno dentre as posições-sujeito que se materializam, a partir da escrita dos textos.

Nessa direção, a presente pesquisa analisa o funcionamento do discurso ecológico de alunos da EJA, recortes de textos jornalísticos que apontam dizeres sobre as questões de preservação ambiental, das espécies de peixes; as condições de produção

que perpassaram no dizer do direito à educação para todos no preâmbulo da Carta Magna de 1988; o acontecimento discursivo de “Prorrogação da Piracema” e os efeitos de sentido que a liminar emerge e mobiliza nos textos jornalísticos e na lei, como também a inscrição do aluno/EJA nesse dizer.

CAPÍTULO I

O DISCURSO AMBIENTAL: UM DIZER EM MOVIMENTO

Este capítulo tem como proposição fazer uma apresentação, breve, da cidade de Cáceres-MT, como também dizer sobre o movimento ecológico, relações que se instituíram e se significam entre o homem e o mundo.

A cidade de Cáceres tem uma relação fundante com o rio Paraguai, seja como meio estratégico de transporte (1778)⁵ ou como espaço de subsistência.

Cáceres⁶ foi fundada à margem esquerda do rio Paraguai, em 6 de outubro de 1778, pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto Rego e Carvalho, cumprindo ordens do quarto governador capitão- General de Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

O nome Vila Maria do Paraguai⁷, instituído primeiramente, a Cáceres, foi uma homenagem à rainha reinante de Portugal, D. Maria I. O fato de se instituir um nome à cidade que se refere a uma rainha reinante de Portugal, inscreve o poder local em uma memória que reporta ao Brasil colônia. De outro lado, o fato de a cidade se constituir às margens de um rio, tem suas implicações constitutivas no poder local. Segundo Motta (2009, p.20), “no jogo dos múltiplos discursos, o rio se significa como meio de transporte fluvial em relação à fundação do povoado. Ou seja, a ambiência instala as condições de produção do local”.

O interesse da Coroa Portuguesa em marcar território em contraposição aos avanços espanhóis faz nascer a Vila Maria do Paraguai⁸ como ponto estratégico de segurança e de crescimento comercial. Lugar favorável para o grande desenvolvimento do Estado, conforme Mendes (2009, p, 29), “[...] a região dispõe de: “[...] rios, lagoas, pantanal; e terras excelentes, oferecendo condições propícias para fixação do homem na fronteira e para o desenvolvimento econômico desta parte de Mato Grosso”. A questão dos “rios, lagoas, pantanal e terras” na região dá visibilidade à imagem da fartura, o que

⁵ Esta data reporta ao processo histórico da colonização portuguesa no Brasil no que diz sobre o controle da navegação no rio Paraguai, desde a fronteira sul da Capitania, com a república paraguaia, até suas nascentes. Ver em: Póvoas, Lenine C. *História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do império*. Vol. I, 1995, p.150.

⁶ Idem, 1995.

⁷ Ibidem, 1995.

⁸ Atualmente a cidade de Cáceres-MT.

nos remete à grandiosidade da diversidade nas terras de Albuquerque e, conseqüentemente, ao rio como o meio de transporte, significativo para o progresso que almejava o Capitão-General.

A navegação fluvial firma-se entre Cáceres e Corumbá, ao sul, com variantes para Cuiabá, a nordeste, e Barra do Bugres, ao norte, dinamizando toda a região ribeirinha povoada de sítios, fazendas e estabelecimentos de produção agropecuária, bem como, as atividades extrativistas.

Mendes (1998, p.60) salienta que, “[...] o papel importante dos afluentes do rio Paraguai nas proximidades da cidade de Cáceres: Seputuba, Cabaçal e Jauru”. E ainda registra que o rio Jauru é de vital importância como meio de comunicação entre Cuiabá e Vila Bela. Mendes ressalta que, no período colonial há importância dos rios como meio de comunicação, isto é: “[...] a comunicação entre Portugal que defendeu a todo custo; o Cabaçal, notável pelas suas riquezas minerais; e o Seputuba, criador de núcleos importantes de produção” (Idem, 1998, p.60).

Conforme Mendes (1998), a trajetória do rio Paraguai e seus afluentes vão se significando no poder local pelo avanço, pelas águas, no crescimento econômico do Estado de Mato Grosso.

A cidade nasce pela efetivação da necessidade de abrir-se à extensão portuária, à segurança, à garantia das terras portuguesas, como também de marcar o "ponto no mapa", aquele de estratégia fundamental para a concretização de poder da Coroa Portuguesa. Pode-se, então, dizer que a fundação da cidade é constituída pelo rio que pela geografia sustenta esta possibilidade, uma vez que o rio tem como percurso hidrográfico a Bacia do Prata.

De acordo com Póvoas,

[...] a formação do Pantanal Matogrossense, uma vasta planície com cerca de 230.000 quilômetros quadrados, que se estende desde Cáceres a Cuiabá até ao Rio Apa, prolongando-se por terras da Bolívia e do Paraguai (Chaco Paraguaio). Esse grande leque hidrográfico corre todo para o rio Paraguai, o principal desse complexo sistema potamográfico, verdadeira calha que coleta essas águas para levá-las ao rio Paraná, que as descarrega no Prata (1995, p.58-59).

Depreende-se que a história de Mato Grosso está fundamentalmente ligada aos rios, destacando-se o rio Paraguai e o rio Cuiabá. A confluência geográfica e

hidrográfica que se concentra no Estado de Mato Grosso faz do rio Paraguai o principal responsável pela drenagem do Pantanal.

Pensar o rio Paraguai como precursor de toda uma estratégia dos avanços de poder territorial, em Mato Grosso, nos permite trazer, neste estudo, questões que atualmente vêm mobilizando distintos sentidos. Referimo-nos ao discurso ambiental da preservação das espécies de peixes no Pantanal.

Para este estudo, abriremos uma interface com a Sociologia ambiental, pelo arcabouço teórico que se tem sobre a questão do movimento ecológico, movimentos ambientalistas que mais se destacaram nos últimos anos no Brasil e no mundo.

1.1 O movimento ecológico: um discurso de preservação

A relação do homem com o mundo, no decorrer das gerações, imprime mudanças políticas, econômicas e sociais. Estas vão, de certo modo, solicitando modificações no que diz respeito às intervenções e às transformações do homem em relação à natureza.

Segundo Almino (1993, p.11), “[...] as reflexões sobre a natureza vem desde a Epicuro ou Lucrécio, o que chamaríamos hoje de “ecológicas” são encontradas em textos da antiguidade clássica, por exemplo, nos escritos de Platão”. Ainda em Almino (1993, p.11), “Platão, já em sua “República”, dizia que “a desobediência humana aos desígnios divinos”, abalava, destruía o homem”. Outra questão que o autor retoma é a filosofia anti-ecológica que surgiu por meio da doutrina judaico-cristã que pregava “[...] os fundamentos da linearidade histórica que reviram a noção de tempo cíclico da antiguidade clássica oriental, sem o que seria impossível a noção de progresso⁹, [...]” (p.11). Nesse dizer sobre o ecológico, que diz da constituição do homem *versus* natureza, em que se estabelece uma relação desde a antiguidade, faz-se um ponto de referência aos estudiosos da atualidade que nos permitem pensar e analisar aspectos relevantes sobre a preservação do ecológico.

Tomaremos para esta discussão estudiosos como Ferreira (1987), Viola (1987, 1991), Silva (1995), Motta (2003, 2009) Tozoni-Reis (2004) e outros que nos permitem analisar/discutir questões ambientais.

⁹ Ver em Almino (1993, p.11) sobre a noção de progresso.

No campo da Sociologia, segundo Ferreira (1987, p.35), “[...] há tensão entre crise e mudança social, [...]” que se recolocam desta feita para o Ambientalismo dos anos de 1990, no sentido da descentralização das decisões políticas para a preservação ambiental.

Há uma preocupação, na década de 90, em descentralizar as ações que dizem sobre a conservação da natureza. Em paralelo, surge o fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), conforme aponta Ferreira (1987, p.35), especialmente sobre a compreensão do ambientalismo para o ponto de vista social. A autora cita a preocupação de Mathias Finger (1996) que “[...] se pergunta se as ONGs atuais não seriam uma expressão das mudanças das políticas tradicionais, correspondentes à fragmentação dos ideais coletivos, do poder e do próprio projeto da modernidade?”

Para Tozoni-Reis (2004, p.03), “a década de 1960 pode ser considerada uma referência quanto à origem das preocupações com as perdas da qualidade ambiental.” O que nos possibilita pensar que o movimento sobre a educação ambiental se refere ao processo desenfreado que teve início desde a Revolução Industrial no século XIX. No caso do Brasil, conforme Tozoni-Reis (Op.cit.), o governo brasileiro tinha como projeto de desenvolvimento nacional políticas públicas de incentivo para futuras instalações de fábricas estrangeiras no Brasil.

Segundo Silva (1995), na década de 60, emerge outra demanda sobre os questionamentos ambientais.

Na década de 60, o discurso ecológico institui-se como um discurso "marginal", situando-se como oposição a sentidos que funcionam a partir do lugar, de representação política dominante, que produz/e é reproduzido por um discurso de desenvolvimento. [...] o termo *desenvolvimento* irá marcar através de sentidos positivos, ou seja, enquanto *benefício*, remetendo à possibilidade de melhores condições de vida para as sociedades, para o homem, a partir de um crescimento econômico produzido pela industrialização e pela *exploração* dos *recursos naturais* (1995, p.28).

Nos anos 60 o discurso ecológico toma uma nova forma discursiva, o termo *desenvolvimento* aponta para uma reflexão sobre a grande industrialização nas cidades da época. Emergem, nesse sentido, discursos de oposição sobre o dizer da preservação ecológica. Nessa direção, o discurso do crescimento populacional *desenvolvimento* produz um dizer que traduz materializa em *benefício* ao progresso social.

Para Silva (Op.cit), o termo *desenvolvimento* produz sentidos positivos, isto é, tendo em vista as vantagens sociais do crescimento das políticas ecológicas que seriam trazidas no discurso da preservação x desenvolvimento. Dessa forma, uma relação entre homem x natureza de forma inevitável para o crescimento social e econômico.

Nesse percurso do desenvolvimento econômico, a relação com a natureza emerge outro discurso na década de 1970 e início dos de 1980. Ferreira (1987, p, 37) salienta que, “[...] o ambientalismo emergia de movimentos que nasciam no seio das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos”. É nesse cenário de discussões que acontece a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972.

Segundo Tozoni-Reis (2004, p.04), a partir da Conferência de Estocolmo, “[...] a educação dos indivíduos para o uso mais equilibrado dos recursos foi apontado como uma das estratégias para a solução dos problemas ambientais”. A autora diz que (IDEM, 1987, p.04) foi depois dessa conferência que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promove discussões e eventos regionais e internacionais para abordar sobre a questão da educação ambiental.

Para Viola (1987, p.17), o ano de 1982 foi o marco do início do período de transição do movimento ecológico. O cenário nesse momento marca-se, segundo o autor, por uma mudança no comportamento político, ou seja, pessoas ligadas à defesa do meio ambiente começam participar no âmbito de uma política institucionalizada. O autor reforça sobre o dizer desse momento de mudança quando diz: “um setor minoritário do ecologismo decide participar diretamente na arena política nas eleições de 1982, apoiando candidatos que levantam bandeiras ecológicas para deputado estadual” (Idem, 1987, p, 17).

Para Althusser (1985), os processos de mudanças políticas na sociedade compreende

[...] as lições de Marx e Engels de que a base do Estado é a *sociedade* e que, portanto, a diferenciação de órgãos – a automatização do Estado como corpo “estranho” à sociedade – não é o que determina os processos sociais mas, ao contrário, deles resulta. Assim sendo não é a *diferenciação* entre os órgãos que cria novas funções (a Igreja dando lugar à escola e aos hospitais; a corporação dando às manufaturas e aos sindicatos). Ao contrário, são as rearticulações entre processos políticos, econômicos e ideológicos que traçam suas fronteiras, atribuindo nova unidade aos órgãos antigos e criando novas unidades que são reconhecidas como novos órgãos (1985, p.35).

Nota-se, em Althusser (1985), que os movimentos sociais vão acontecendo, e resultam de processos que possibilitam novas *funções* que se incorporam e se (re)significam na sociedade. Visto que o Estado se constitui na/pela sociedade, nessa constituição acontece no *ir e vir* das *articulações* as quais traçam novos dizeres que garantem novas unidades. Cada movimento carrega a sua bandeira em que promove novas fronteiras discursivas, ou seja, novas campanhas e novos dizeres.

Outro momento que envolveu as associações ecológicas aconteceu no ano de 1984. Segundo Viola (1987, p.17), os ecologistas começam a participar das campanhas políticas na ocasião da campanha pelas eleições diretas (com o movimento, “Diretas Já”). Verificam-se também participações de ecologistas em campanhas a favor de candidatos à presidência. Ainda, segundo Viola (1987), acontece então uma mudança nas discussões e um novo movimento surge. O autor salienta que “[...] a defesa do meio ambiente está diretamente vinculada aos problemas da organização do poder e da propriedade na sociedade global” (Idem, 1986, p.18).

Observa-se que surge outra forma de pensar sobre o ambiente e que tem a ver com políticas organizacionais que viabilizem o ecológico. Podemos verificar que esse acontecimento é um movimento de novas práticas, de discursos ou encontros políticos que versam sobre a luta pela preservação ecológica.

Nesse sentido, uma forma diferente de pensar sobre a discussão do ambiente pelo discurso de preservação. Isto é, as posições políticas, ideológicas acrescem ao que era, até então, um movimento de “pura denúncia” de base ambientalista-conservadora. Pode-se dizer, então, que acontece um rompimento discursivo no dizer da preservação ambiental, isto é, do discurso da denúncia à preservação. Assim, na década de 1980, temos a transformação desse movimento que passa a ser conhecido e divulgado pela mídia. É um momento, segundo Viola (1987, p.19), em que, “[...] as camadas sociais de diversos lugares começam a se preocupar em relação à preservação do Ambiente”.

Os movimentos ecologistas, que se apresentam a partir de 1980, passam por uma transformação radical, quando os ecologistas começam a ter “participação mais institucional” como participação de associações de moradores de classe média, diálogo com sindicalistas, participação com as universidades e também no movimento dos “sem terra”. Viola salienta que a partir do envolvimento da sociedade: “[...] a maioria da

população medianamente informada passou a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista” (Idem, 1987, p.19).

O ano de 1986 é considerado para Viola (1987, p.19) como [...] “intensa movimentação no ecologismo na perspectiva de intervenção no processo Constituinte.” O autor destaca que entre 1970 e 1980 expandem-se os movimentos e as discussões sobre a consciência ecológica, os quais se organizam em: os ecologistas fundamentais, os ecologistas realistas, os ecocapitalistas e os ecossocialistas.

Em 1986, apesar dos movimentos seguirem um “mesmo objetivo”, o da preservação, estes se diferem sobre divergências políticas e ideológicas entre as iniciativas que constituem as categorias denominadas de ecologistas. Os ecologistas realistas tem um papel fundamental nesse momento conflitivo entre os fundamentalistas, os ecocapitalistas e os ecossocialistas.

Segundo Viola (idem, p.22), “A complexidade de relações e alinhamento no interior do movimento ecológico é extraordinária, particularmente devido à grande diversidade regional do Brasil, mesmo no Sul-Sudeste que é o espaço de atuação do movimento ecológico”. Nesse dizer, depreende-se que há divergências no interior das posições dos movimentos. Isso inscreve de certa forma, a inscrição do sujeito no discurso do movimento. Assim, ainda que se situem na mesma região, as formações ideológicas que sustentam o dizer ambiental tem sua complexidade proveniente das condições de produção que o movimento ecológico produz em fase ao espaço geográfico.

1.2 As intervenções políticas e sociais sobre o discurso da preservação na década de 90

O discurso sobre a preservação ambiental após a ECO 92 se dá, por entremeios significantes, de ações que emergem a partir das intervenções políticas e sociais.

Para Viola (1991, p.17), a década de 90 traz mudança de comportamento na questão do debate ambiental brasileiro. O que antes caracterizava em proteção ambiental, agora, o discurso que emerge é cuidar do ambiente, mas esse processo vinculado com o desenvolvimento econômico. Dessa forma, tem-se uma mudança política da qual emergem sentidos distintos, entre o que significa proteger/cuidar do ambiente.

Na década de 60, segundo Tozoni-Reis (2004, p.3), "as perdas da qualidade ambiental" aconteceram a partir da Revolução Industrial. Já na década de 90 determina a preservação dos recursos naturais"¹⁰. O quadro do desenvolvimento ecológico se inscreve em diferentes formações discursivas, ambientalistas que têm a ver com distintas posições ideológicas no que diz respeito ao discurso de proteção ambiental. Nessa linha de raciocínio, o que nos anos 60 se significava "perder a qualidade ambiental," nos anos 90 significa o discurso sobre o ambiente ou da "preservação".

Segundo Ferreira (1996), os grupos comunitários "[...] atuam em escala internacional; agências estatais (de nível federal, estadual e instituições científicas) que pesquisam os problemas ambientais; [...]". E, ainda, a autora salienta que o ambientalismo "[...] é surgido como um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupados com o meio ambiente, transforma-se num capilarizado movimento multissetorial" (idem, p.51).

Observa-se que o movimento ambientalista passa por definições de grupos especializados. Para Ferreira 1996, trata-se de três abordagens teóricas: o grupo de interesse, o novo movimento social e o movimento histórico. A primeira abordagem é "canalizada através do sistema político, sem apresentar-lhe nenhum desafio." A segunda abordagem questiona o sistema capitalista e dá relevância aos setores radicais do ambientalismo que se auto identificam como ecologistas. Trata-se de um movimento social que atua em direção oposta do primeiro, enquanto que a terceira abordagem, a histórica "parte da conceitualização de que a civilização contemporânea é insustentável no médio e longo prazo [...]" (Idem, 1996, p.53).

O dizer da preservação se dá por meio de mudanças que vão, de certo modo, solicitando políticas públicas federal, estadual e municipal que direcionam a execução de Leis, Normas, Decretos e Liminares jurídicas que solicitam/determinam a proteção ambiental.

Diante da emergência dos problemas ambientais de imediato há uma remissão, a nosso ver, às políticas públicas da educação, sobre esta discussão do ambiente e instituição escolar trataremos em outro capítulo. Vejamos como a questão ambiental toma corporeidade na Constituição Federal de 1988.

¹⁰ Ver em Tozoni-Reis (2004, p.3-4).

1.3 A regularidade jurídica: o discurso da Constituição de 1988

É de fundamental importância trazer, para nosso estudo, a normatização jurídica, a Constituição Federal de 1988, que se institui como a primeira Lei que trata sobre a questão ambiental, no Brasil. Antes, faz-se necessário dizer dos decretos que antecedem a Carta Magna de 1988.

Silva (2007)¹¹ discute a questão da natureza como “patrimônio público” a partir da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, sob o Decreto nº 70.030, de 30 de outubro de 1973, em que se lê a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, como também, a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Já o IBAMA se institui pela Lei nº 6.902, de 31 de agosto de 1981, “a primeira lei ambiental” no país.¹²

Iniciam-se preocupações governamentais direcionadas ao discurso do uso ambiental com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONSEMA, nº 001 de 23 de janeiro de 1986, em que se atribuíram critérios básicos e diretrizes gerais para a Avaliação de uso dos Impactos Ambientais como dos instrumentos de Política Nacional do Meio Ambiente.

Motta (2009, p.62) entende, a partir de outros estudos, que a normatização da lei se inscreve nas condições de produção de acontecimentos em distintas partes do mundo, as quais antecedem a escrita da Constituição de 1988, no Brasil. Dentre os acontecimentos mundiais a “[...] chuva ácida nos Estados Unidos, o desmatamento da Floresta Amazônica entre as décadas de 1970 e 1980 marca a posição ideológica do Brasil no texto da Constituição de 1988, frente à questão ambiental”. (Viola e Ferreira, *in* Motta, 2009).

Para Ferreira:

[...] a preocupação pública pelos problemas de deteriorização ambiental tem crescido continuamente desde meados da década de 60. Na década de 70 essa preocupação expande-se pelo Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 80,

¹¹ Silva, (2007), em artigo publicado na Revista Ideias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, número 14 (1-2), discute a natureza como “patrimônio público”.

¹² Silva (Op.cit). Conforme a autora o histórico do IBAMA está disponível no site: <http://www.ibama.gov.br/>

quando atinge a América Latina, Europa Ocidental, ex - União Soviética e parte da Ásia (1996, p.50).

Entendemos que as questões políticas que mediam a relação do homem com o mundo, instauram, na sociedade, o dizer da preservação ambiental. Isto se caracteriza pelos acontecimentos discursivos veiculados pelos movimentos ambientais em distintos países, nas décadas de 60, 70 e 80. Diante das condições de produção do movimento ambiental, podemos pensar a emergência do discurso ecológico.

Assim, dada às condições de produção política em que emerge o discurso ecológico, pensamos os efeitos de sentido desse dizer nas posições jurídicas, que normatizam sobre o ambiente na Constituição de 1988. Como a Nação se inscreve no dizer da preservação ambiental? E, ainda, como a Constituição normatiza o discurso da preservação no poder local, regiões como o Pantanal mato-grossense considerando de forma específica a preservação das espécies? Nesse sentido, de pensar a língua na discursividade analisaremos o texto a partir do discurso constitucional.

1.4 Os discursos de institucionalização do Artigo 225 na Carta Magna de 1988

No quadro das regularidades jurídicas, a Constituição de 5 de outubro de 1988 foi um acontecimento/marco na legislação brasileira em que dedica com exclusividade um capítulo sobre o Meio Ambiente que normatiza as demandas ambientais no País, atribuindo entre governo e a sociedade a responsabilidade pela preservação e conservação dos bens naturais brasileiros (SILVA,2007, p.337).

Entendemos a escrita da Constituição como um texto passível de interpretação, tal como define Orlandi (1996). Assim, na perspectiva discursiva a que filiamos, tomamos o texto como materialidade de sentidos. Orlandi (1996, p.23) traz o texto como “um objeto linguístico - histórico”. E o compreende não como “fechado”, mas como uma unidade discursiva que se significa com as condições de produção (os sujeitos e a situação). As condições de produção para Orlandi (op. cit.) são tomadas como “sentido estrito e sentido lato”.

Vejam as condições de produção: “Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo” (p.13).

Nesta direção, pensar o texto da Constituição de 1988, significa pensar as condições sócio-históricas e políticas que reverberam sentidos na escrita da Carta Magna.

Remetemos, aqui, ao que diz Viola (1987, p.52): “[...] a intervenção da humanidade na natureza acontece em escala crescente para o bem e para o mal [...]”. Isto porque o comportamento humano ao longo da história já ocasionou acontecimentos predatórios com circunstâncias prejudiciais ao ecológico. E, ainda, diz que esta intervenção acarreta para a natureza situações de efeito negativo, a “[...] destruição do solo através de seu uso abusivo, provocando erosão, inundações e alterações do clima; ameaça à vida biológica nos oceanos, lagos e rios, devido à poluição das águas; [...]”. Em outras palavras, conforme Pêcheux (1997), é um fato de linguagem que demanda leitura e interpretação.

Vejamos como prescreve o Art. 225, no Capítulo VI da Constituição Federal de 1988¹³, que dispõe sobre o Meio Ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente **ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e **prover o manejo ecológico das espécies** e ecossistemas;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a **preservação do meio ambiente**;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a **extinção de espécies** ou submetam os animais a crueldade.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o **Pantanal Mato-Grossense** e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a **preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos **recursos naturais**. (grifos nossos).

Observa-se na Constituição de 1988, Art. nº 225, o marco constitucional que regulamenta a relação do homem com o ambiente. Institucionaliza-se, então, pela primeira vez na história brasileira, uma lei com o objetivo da preservação ambiental. No Art. 225, a posição dos verbos “preservar, restaurar, proteger” impõe sentidos à

¹³ Motta (2009) faz uma discussão interessante sobre “Ambiente e Política” no dizer das políticas públicas da normatização jurídica da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de Mato Grosso. Artigos nº 225 da Constituição Federal e o Art. nº 263 da Constituição Estadual.

sociedade e projeta, pelo discurso constitucional, o sujeito de direito e deveres. Dessa forma, o discurso constitucional produz no social, formas de individualização do sujeito. Dito de outro modo, a lei constitui ao fio do discurso a projeção imaginária do sujeito de direito e de deveres.

Assim, os verbos “proteger”, “preservar” nos parágrafos I, VI, VII, desencadeiam uma circularidade de dizeres em que se flagra uma repetição verbal da forma de dizer como a posição-sujeito cidadão deve-se relacionar com o bem natural. Na formulação está implícito o sujeito de direito e deveres. Assim, há no fio do discurso uma projeção imaginária desse sujeito de direito e de deveres que tem a ver com a preservação do ambiente (MOTTA, 2012).

Como se sabe o Estado se impõe com Leis, a determinação que rege o sujeito de direito e deveres. Para Lagazzi (1988, p.16), a “[...] concepção de Estado está diretamente vinculada à fundamentação do poder jurídico, por sua vez, em decorrência da ideia do lucro que se coloca nos termos do capitalismo, [...] o Estado é o Estado-capitalista, [...]”.

O Estado estabelece a regularização jurídica ao dispor pela Lei, Artigos e Decretos, o direito e o dever. Nesse sentido, a Constituição Federal no Art. 225 diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, [...]”. O pronome “todos” designa uma abrangência de sentidos que não impõe a diferença perante a Lei. Emerge, neste discurso, um dizer de poder a “todos” sem distinção. Pode-se analisar um Estado onde é concedido a “todos” o direito não de livre arbítrio, mas o direito pelo bem comum, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” .

Nesta primeira instância, analisamos o pronome “todos” com uma abrangência de sua significação semântica. O que temos no recorte do Art. nº 225 é um direito que estabelece viver num ambiente natural e saudável. Entendemos que num primeiro momento o Estado dá o direito de “todos” viverem com qualidade de vida. Remetemos a Clastres (1974), dizer para que o Estado é quem determina e rege de poder, a sociedade. De outro lado, o autor diz sobre as relações da sociedade primitiva que se diferenciam dos modos interpelação do Estado capitalista. Dessa forma, Clastres discute

a sociedade primitiva em que seus membros eram totalmente livres da submissão ao Estado.

Para Lagazzi (1988, p. 39), “Direitos e deveres só se concebem em contraposição um ao outro: os direitos de uma pessoa são sempre os deveres de outra e vice-versa. Por isso, a tensão constitutiva das relações interpessoais (p.39)”. Como vimos, a forma sujeito se constitui nesse movimento discursivo. No caso da questão ambiental, cabe ao Poder Público assegurar a efetividade desse direito. Observemos:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e **prover o manejo ecológico das espécies** e ecossistemas.

VI - promover **a educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a **preservação do meio ambiente**. (grifos nossos).

Os capítulos versam sobre o discurso ecológico de preservar e restaurar os processos ecológicos, bem como, o de prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Assim, esses dizeres institucionais nos redimensionam a pensar o efeito desse discurso constitucional no Estado de Mato Grosso tendo em vista a posição geográfica e a biodiversidade.

1.5 Mato Grosso: os sentidos que emergem no/pelo percurso das águas

Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce do mundo. É o berço de inúmeros rios e nascentes. Pela imensa rede hidrográfica regional, Mato Grosso passou a ser conhecido como o “Estado das Águas”¹⁴. O Estado abriga a nascente do rio Paraguai, um dos principais formadores da Bacia do Prata, onde está inserido o Pantanal.

O planalto do Pareci, que ocupa toda porção centro-norte do território, é o principal divisor de águas do Estado. É no Estado de Mato Grosso que divide as águas das três bacias hidrográficas mais importantes do Brasil: Bacia Amazonas, Bacia Platina e Bacia do Tocantins. É o Estado brasileiro que tem o privilégio de conter os três

¹⁴ Disponível em: Panceflô_ediçãorecursoshidricos_2012. Disponível em www.sema.mt.gov.br. Acesso em: 20-10-2013

biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal¹⁵. Nesta parte, portanto, nos limitaremos a falar sobre o Pantanal.

O Pantanal é a maior área alagável do planeta, com uma fauna e flora; sua extensão geográfica abrange mais de 200 mil km, divididos entre Brasil, Bolívia e Paraguai. No Brasil, localiza-se nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977, criando-se o Estado do Mato Grosso do Sul, após longas discussões entre lideranças políticas (MATO GROSSO, 1999).

A região do Pantanal mato-grossense, composta por um conjunto de águas correntes e estáveis, representadas por rios, córregos, lagoas e campos inundados. O pantanal é considerado pela UNESCO, Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera. Apresenta uma diversidade na flora e na fauna bem diferenciada, é o berço natural de 4.700 espécies de animais e plantas. Entre as espécies encontradas estão 3.500 de plantas (árvores e vegetações aquáticas e terrestres), 656 espécies de aves, 1100 espécies de borboletas catalogadas, conta com mais de 159 espécies de mamíferos, 325 tipos de peixes, 98 de répteis e 53 de anfíbios¹⁶.

Variedades originadas das áreas do Chaco, dos Cerrados e da Mata Atlântica, o que forma e maximiza a diversidade biológica pantaneira. É detentor de uma vegetação riquíssima com uma biodiversidade gigante, o Cerrado é o principal bioma do Centro-Oeste brasileiro, cobre 38% de todo território. Localizado principalmente nas depressões do Alto Paraguai- Guaporé, o sul e sudeste do planalto dos Parecis e ao sul do paralelo 13%, até os limites do estado do Mato Grosso do Sul¹⁷.

A chuva no Pantanal mato-grossense tem períodos bem definidos, ocorrem com maior frequência nas cabeceiras dos rios que deságuam na planície. O período chuvoso começa a partir de novembro. O volume das águas sobe o nível dos rios, provocando, assim, inundações que chegam a cobrir até 2/3 da área pantaneira.¹⁸. E nesta área pantaneira a maior parte dela é drenada pelo rio Paraguai e de seus afluentes.

É interessante ressaltar que o rio Paraguai nasce no Planalto Central do Estado, 300m acima do nível do mar. Seu curso alto, estreito e recortado, tornou-se navegável a partir da cidade de Cáceres – MT, a 240 km da nascente. Seu nome “paraguay” é do

¹⁵ Ver em: <http://mt.gov.br/mato-grosso/geografia/>. Acesso em: 20-10-2013.

¹⁶ Ver sobre: <http://www.mtelindo.com.br/belezas-naturais/pantanal/>. Acesso em : 23-10-2013

¹⁷ Idem: <http://mt.gov.br/mato-grosso/geografia/>

¹⁸. Ver sobre: <http://www.mtelindo.com.br/belezas-naturais/pantanal/>. Acesso em : 23-10-2013

idioma guarani que significa “rio das coroas de Palmas”, nome que se refere às grandes palmeiras que margeiam o seu curso. Além de brasileiro é um rio que atravessa terras paraguaias e desemboca no rio Paraná, perto da fronteira com a Argentina.

O rio Paraguai se constitui como lugar de memória. Entendemos memória tal como formula Pêcheux: “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador” (2010, p.50).

Depreende-se assim, a memória enquanto sentidos transversos que reverberam sentidos sobre acontecimentos, fatos de linguagem, que tem a ver com as grandes conquistas e as descobertas no Estado de Mato Grosso. O rio Paraguai no trajeto geográfico forma o pantanal mato-grossense em que, pelas curvas, vai desenhando os trilhos no solo pantaneiro. No período das chuvas o rio adentra o Pantanal, formando-se, assim, veias fluviais que efetuam todos os anos no período das chuvas a drenagem do Pantanal. Esse processo natural corrobora, renova, transforma o espaço o pantaneiro para as espécies de peixes, aves, como toda biodiversidade.

1.6 As políticas de Estado de Mato Grosso na década de 70

No ano de 1970, final da década de 70, no governo de Frederico Carlos Soares Campos, devido ao desenvolvimento e à colonização abrangente da época, fez-se necessário um planejamento voltado para a política ambiental. O então, governador sanciona a Lei nº 4.087 de 11 de julho, em que cria o Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA. O progresso no Estado de Mato Grosso, como o crescimento econômico e populacional, por exemplo, exigiram medidas governamentais sobre a preservação ambiental. Assim, em 1980 cria-se a Coordenadoria do Meio Ambiente com o objetivo de responder pelos assuntos relacionados à defesa dos recursos naturais.

No ano de 1983, devido ao crescimento no setor agropecuário, o governador Júlio Campos, por meio da Lei 4.600 de 6 de junho de 1983, cria a Fundação de Desenvolvimento do Pantanal - FUNDEPAN. Essa fundação era vinculada ao Gabinete do Governador do Estado de Mato Grosso e tinha como finalidade estabelecer uma política de proteção e aproveitamento dos recursos naturais da região do Pantanal mato-grossense.

A Constituição de Mato Grosso, de 1989, no Capítulo II, Seção I, traz um extensivo tratamento ao Meio Ambiente, em que amplia os aspectos preconizados na Lei nº 4.894, de 25 de setembro de 1985, com o objetivo de promover a preservação ambiental, preconizado em lei.

Em 1987, Mato Grosso dá um avanço nas políticas de proteção ambiental. Carlos Bezerra, governador do Estado, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a fundação dessa secretaria a FUNDEPAN é modificada em Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEMA, que foi institucionalizada por meio do decreto nº 4.189 de 4 de fevereiro de 1994 como órgão executor das políticas Ambientais no Estado de Mato Grosso, segundo Romio, (*apud*, Motta, 2003,p.38).

A Lei nº 6.672/95 dispõe sobre a Proteção Ictiofauna no Estado e a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995 dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, as quais ampliam as políticas estatais na execução dos órgãos públicos especializados e autorizados para tal função, a de proteger e garantir a qualidade ambiental¹⁹.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA é um órgão autônomo, de caráter consultivo, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, devendo o Estado mantê-lo, obrigatoriamente, conforme o disposto no Artigo 267, Capítulo II, Seção I, da Constituição Federal em vigor.

A Lei Complementar nº 214, 23 de junho de 2005, marcou a transformação da Gestão Ambiental de Mato Grosso com a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, extingue a Fundação do Meio Ambiente - FEMA. A nova secretaria começa a desenvolver seus trabalhos priorizando a questão da biodiversidade. A partir da Lei Complementar nº 214, de 13 de junho de 2005, autoriza-se a criação de sete Superintendências, subdivididas em coordenadorias e gerências.

Desse modo, as políticas ambientais do Estado começam a ser direcionadas e especificadas em seus setores, como por exemplo: Assuntos Jurídicos; Planejamento; Administração; Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços, Biodiversidade, Recursos Hídricos e Ações Descentralizadas. Na sequência foram criadas a Superintendência de Defesa Civil (Lei Complementar nº 216, 16 de julho de 2005);

¹⁹ Disponível em:

<http://universoverde.com.br/legislacao/estadual/matogrosso/consema/legestmtconsema0196.ht>. Acesso: 21-11-2013, às 23:33.

Superintendência de Educação Ambiental e Superintendência de Gestão Florestal (Lei Complementar nº 220, 29 de setembro de 2005).

Podemos analisar, nesse sentido, a legitimação do papel do Estado²⁰ sobre a questão da preservação ambiental. O Estado ao criar setores específicos para intervir sobre o Ambiente impõe a normatização dos direitos e deveres na sociedade. Motta (2009, p.99), compreende que, o “[...] Estado na posição de instituição jurídica, verticaliza as relações como algo necessário pelo fato de reportar a normatização, a organização política de um poder local distinto”. Dessa forma, entendemos que o Estado dentre sua hierarquia política rege e diz sobre quais as condições de produção que estão no dizer, na voz do Estado.

A SEMA, como porta voz do Estado, diz de um lugar institucional sobre as estratégias políticas no Estado de Mato Grosso. Enquanto instituição, a SEMA funciona como um Aparelho Ideológico de Estado por uma estrutura e um funcionamento. Entendemos a partir dos estudos de Althusser, a instituição como Aparelhos Ideológicos de Estado.

Todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, as relações de exploração capitalista. Cada um deles concorre para esse resultado de uma maneira que lhe é própria, isto é, submetendo (sujeitando) os indivíduos a uma ideologia (ALTHUSSER, 1985, p.31).

Segundo Althusser (Idem, p.08), a sujeição está contida nas práticas de relações que estabelecem na sociedade. Pode-se dizer que estas relações se apresentam em distintos lugares na sociedade. Nessa direção, permiti-nos pensar o lugar do CONSEMA e da SEMA que fazem o papel de agentes sociais que verbalizam e acionam tais funções. Isto é, tem o aval do Estado para exercer o lugar de comando no Estado, ou seja, a *reprodução* social. E, nesta relação já estabelecida pela Lei entre direitos e deveres, pode-se dizer que são os já ditos pelo sistema institucional, visto que, o Estado se legitima com as Leis, Decretos e Normas jurídicas que são as relações de direitos e deveres. O discurso do Estado funciona a partir do poder jurídico e este se constitui no discurso da não liberalidade, do assujeitamento.

²⁰ Althusser (1985).

Pensar as instituições como aparelhos que reproduzem uma ideologia posta pelo Estado nos possibilita pensar a instituição estatal como um lugar que ancora o interesse do trabalho com a linguagem. Neste sentido, tomamos, então, a linguagem segundo Pêcheux (2009) que trabalha a língua enquanto lugar da materialização da ideologia e do sujeito, enquanto posição.

Para Lagazzi (1988), o discurso que gesta o Estado tem um efeito ideológico e este funciona tanto no institucional como no social.

Não há como modificar as relações internas ao aparelho do Estado, mantendo intacta a concepção de Estado, como se este se colocasse independentemente das relações que o constituem. O Estado é constituído pelas relações que se dão entre ‘proprietários’ e ‘não-proprietários’, por direitos e deveres antagônicos. O Estado é o Estado-capitalista-jurídico e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção, já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os interesses e direitos/deveres de outros. Pensar uma sociedade sem desigualdade, onde as relações de poder possam se dar como não-coercitivas, é pensar uma sociedade sem Estado (*Idem*, 1988, p.16).

Nesse sentido, as relações entre o Estado e entre seus ‘não-proprietários’ se divergem nas relações que os constituem. Um no lugar do detentor da Lei e o outro no lugar do sujeito de direitos, mas com seus deveres já postos numa sociedade que já tem suas normas, leis, decretos, liminares que impõem suas diretrizes constitucionais. E esse dizer já constituído na sociedade gera mobilização discursiva.

Para tanto, a SEMA se torna porta voz, enquanto instituição mediadora no Estado de Mato Grosso, das questões políticas que versam sobre a preservação do ambiente. Dentre as múltiplas funções que concerne a SEMA, cabe a fiscalização nos leitos dos rios e o controle da pesca no Estado. Nesse sentido, nos deteremos ao estudo do discurso que versa sobre a interdição da pesca e, sobretudo, o discurso ecológico da preservação das espécies de peixes.

Em 28 de fevereiro de 2009, no município de Cáceres – MT, acontece a prorrogação da piracema por mais 30 dias. Esse fato torna-se o acontecimento de linguagem que toma as páginas dos jornais, da mídia televisiva devido a liminar expedida pelo Juiz Federal.

Conforme Pêcheux (2009), todo sujeito ocupa na sociedade uma posição, a qual é denominada teoricamente como uma evidência. Vejamos,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p.145).

Neste caso, tem-se a forma sujeito, o Juiz Federal que diz para a sociedade de uma posição institucional a liminar, publicada no texto jornalístico sobre como cada qual deve relacionar-se com o rio, no período de prorrogação da piracema. Esse período é denominado também como período de defeso da piracema, ou ainda, de desova e ou da procriação das espécies de peixes.

O dizer de preservação está sob a determinação da Resolução 56/2008, do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA. É oficializado a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado no dia 24 de outubro de 2008. A Instrução Normativa do IBAMA que estabelece o período de defeso da piracema na Bacia do rio Paraguai, como também, o período de defeso da piracema para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 90 dias, a saber, os meses de novembro a fevereiro de cada ano.

Nessa direção, o discurso de prorrogação da piracema se rompe, produz um diferencial, deslocamento do que já está previamente estabelecido como período de desova dos peixes. O ato de prolongar por mais 30 dias o período da piracema “desconstrói” um já dito uma memória outra, da época do período em que se pode pescar. Esse fato irrompe através da nova determinação colocada pela liminar em relação ao rio. Ou seja, a lei reverbera sentidos sobre direitos e deveres em relação ao rio. Pode-se dizer, ainda, que esse acontecimento discursivo de prorrogação, provoca um rompimento, uma cisão no ato de determinar a não pesca por mais um mês, na extensão do rio Paraguai e dos seus afluentes: Cabaçal, Jauru, Sepotuba, Padre Inácio e Formoso.

Como se sabe, o Estado se coloca, a partir da Constituição Federal de 1988, Art. 225, como o legislador, aquele que diz sobre as questões ecológicas.

O destino do porta-voz circula assim entre posição de profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que “o

outro mundo” se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um “negócio de Estado” (PÊCHEUX, 1990, p.18).

Nessa direção, entende-se aqui o Estado na sua projeção política pelo discurso, como aquele que autoriza e faz-se cumprir. A partir do que diz Pêcheux (op. cit.), o não autorizado, torna-se o lugar discursivo do confronto ideológico, o “outro mundo”. No Estado de Mato Grosso, as instituições em suas ações estatais assumem o lugar de porta-voz do Estado. Pode-se dizer, é o Estado que atribui a posição de “profeta” via SEMA. Esta, como portadora da voz do direito e do dever, enuncia diretrizes sobre a preservação ambiental no Estado de Mato Grosso.

Sabe-se que o Estado de Mato Grosso, sobretudo, na região do Pantanal tem uma vasta abundância natural da biodiversidade. A natureza se encarrega todos os anos entre os meses de novembro e abril de renovar o pantanal mato-grossense. Nesse período, iniciam-se chuvas torrenciais que caem nas cabeceiras dos rios da Bacia do Paraguai, ao norte. E este processo natural faz dos rios pantaneiros um lugar de fartura pesqueira. Todavia, em 2009, em Mato Grosso, registra-se um fato ímpar, a escassez das chuvas no período que lhe é concernido naturalmente como período das águas (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro). A falta de chuvas produz uma diferença no poder local, que culmina no discurso da prorrogação da piracema. Essa posição inscreve-se no discurso ecológico de proteção dos rios e espécimes na região pantaneira de Cáceres.

1.7 A SEMA: posição jurídica de um dizer

Definida data para o início da piracema nos rios de Mato Grosso.

A pesca nos rios de Mato Grosso estará proibida a partir de 1º de novembro na Bacia do Rio Araguaia e, a partir do dia 05 de novembro, nas Bacias dos Rios Paraguai e Amazonas. **O período de defeso no Estado – quando ocorre a piracema, período de reprodução dos peixes - vai se estender até 28 de fevereiro de 2009.** A Resolução 56/2008, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), que determina o período de defeso, foi publicada no Diário Oficial do Estado, na última sexta-feira (24.10). Também nessa data, no Diário Oficial da União, foi publicada a Instrução Normativa do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Sisbio, que estabelece o período do defeso na Bacia do rio Paraguai. Nesse caso, as proibições são para a pesca nos

estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no período de 5 de novembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2009. (grifos nossos).
Maria Barbant - Assessoria/Sema-MT- Quarta, 29 de outubro de 2008, 10h27. Disponível em:<http://www.mt.gov.br/imprime>.

A SEMA enuncia o “período do defeso” no Estado de Mato Grosso, a partir de sua assessora de imprensa, Maria Barbant. A SEMA é o lugar institucional de poder sob o Estado. Isto é, é ela quem diz sobre as limitações geográficas/hidrográficas do Estado, o período de início de piracema nas bacias hidrográficas do Araguaia, Paraguai e Amazonas. No dizer institucionalizado, observa-se uma diferença temporal da Bacia Hidrográfica do Araguaia para as Bacias Hidrográficas do Paraguai e do Amazonas. Pode-se, então, pensar que há uma temporalidade nas desovas das espécies de uma bacia hidrográfica para outra? Depreende-se, assim, a SEMA como porta-voz, o lugar que diz/institucionaliza do poder que enuncia que à sociedade sobre como proceder em relação aos rios. Nessa direção, a SEMA assume o papel no Estado do porta-voz, de quem diz, enuncia para a sociedade pela imprensa o “período do defeso” no Estado.

A SEMA, ao enunciar a proibição da pesca, mobiliza redes de sentidos sobre a forma-sujeito pescador ribeirinho, pescador amador, pescador profissional, turista, comerciantes que utilizam os rios como meio de lazer, de trabalho e de subsistência. Assim, o discurso que interdita a pesca faz significar a preservação ecológica das espécies de pescados para as futuras gerações.

Pode-se dizer, ainda, que o discurso de interdição da pesca nos meses de novembro a fevereiro reverbera uma memória que não quer calar. Dito de outro modo, este dizer mobiliza outras redes discursivas como a dos pescadores profissionais e dos pescadores não profissionais em relação ao rio. Assim, o que significa pensar o “período de defeso” em relação à política de Estado? Pode-se questionar, há um sujeito/predador/devastador das espécies de peixes? O Estado na sua função de manter a “ordem” social estabelece a recessão? Quais as redes discursivas que fazem emergir a proibição da pesca? Estas questões perpassam este trabalho no decorrer das análises.

Maria Barbant, Assessora/Sema-MT, ao iniciar a matéria do texto jornalístico, toma o verbo transitivo iniciar. O verbo “iniciar” na sintaxe exige complemento, estabelece o começo, isto é, “define a data” do período do defeso no Estado de Mato Grosso. Observa-se sentidos opacos no dizer da SEMA que é autorizado pela Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a política de pesca no Estado de Mato

Grosso e das providências. A SEMA efetiva seu trabalho a partir do que dispõe o Art. 27, que traz a seguinte regra: “ Fica proibido o exercício de qualquer modalidade de pesca no Estado de Mato Grosso nos meses de novembro a fevereiro, podendo ser alterado esse período atendendo a estudos técnico-científico”.

Resende²¹ considera a definição de períodos de defeso de reprodução no pantanal como:

O defeso de reprodução no Pantanal é definido em função das **espécies de valor econômico**, geralmente espécies migradoras que, todo ano, realizam migrações rio acima, onde se reproduzem, ao encontrarem condições adequadas, principalmente para ovos e larvas. A este grupo pertencem o pacu, a piraputanga, o dourado, o pintado, o ximboré, a cachara e a jiripoca, dentre outras. Oxigenadas, atendendo às necessidades de oxigenação mais elevada nessa fase inicial de desenvolvimento, bem como de proteção contra a predação nas águas turvas que impedem a visualização dos ovos e larvas pelos predadores. [...] É preciso ainda considerar que, se um dado estoque de peixes está sendo utilizado, **o manejo deve contemplar a proteção do pico da reprodução que, para a maior parte dos peixes de valor econômico**, ocorre entre novembro e fevereiro, na cabeceira dos rios, começando com os peixes de escama (curimbatá, pacu, piraputanga, dourado, etc.) e terminando com os peixes de couro (pintado, cachara, jurupensém, jiripoca, etc). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM039.pdf>.

Do ponto de vista da ciência, a posição da bióloga Resende, o período de defeso significa garantir em primeira instância a proteção das “espécies de valor econômico”, que necessitam de um ritual de migração rio acima para a procriação. Em outras palavras, há um processo de migração destas espécies que gera uma política de sentidos sobre a preservação do grupo de maior valor econômico, que garante a economia da atividade pesqueira do Estado e de seus municípios. Esse grupo de espécies contribui na economia local, segundo Resende. Observa-se, nesse dizer, o discurso capitalista que almeja o lucro.

Nesse sentido, temos no dizer da Embrapa²² uma voz que ecoa sentidos, o da bióloga Resende, que faz emergir dois discursos como: o da preservação das espécies e,

²¹ Emiko Kawakami de Resende, é bióloga, Dra. em Ciências. É Chefe Geral da Embrapa Pantanal (Corumbá, MS). Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM039.pdf>>. Acesso em 20 de ago de 2013.

²² A EMBRAPA como se sabe, é uma Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Desenvolve pesquisas nas diversas áreas, inclusive sobre as questões relacionadas a preservação das espécies. Disponível em : www.embrapa.br/a_embrapa. Acesso em: 26 de fev. de 2014.

sobretudo, o da preservação das espécies de maior valor, isto é, um discurso que diz a partir do ecológico e outro discurso que diz do lugar do discurso capitalista. Há um entrecruzamento de dizeres que se flagra pela mobilidade da língua em funcionamento. Ou seja, o sentido escapa, desliza e permite múltiplas questões de leituras e interpretação.

Para Orlandi, o discurso da ciência se dá, por exemplo,

no pensamento natural, os sentidos são dados pela natureza, através da experimentação, a sujeitos autorizados os cientistas. Estes devem ser objetivos, traduzir objetivamente esses dados naturais. A ciência formaliza esses dados e estabelece leis às quais os sujeitos devem-se assujeitar (1996, p. 135).

Entende-se, desse modo, que os sentidos são dados pela natureza, isto é, por aqueles que são autorizados à (ciência). Há, assim, uma projeção imaginária de sentidos na questão da proteção da procriação das espécies do ponto de vista da ciência. A ciência produz o discurso que dá a legitimidade. Todavia, entre o discurso científico e o não científico há sítios de significância entre a preservação de distintos tipos de peixes, que se atravessa pelo discurso do capitalismo por ser nobre e de bom comércio em detrimento a outros não nobres. Os tipos de peixes nobres tais como o pacu, dourado, piraputanga e outros que não se diz por que não são nobres. Ideologicamente, a sociedade é marcada pela sobre determinação do que seja de qualidade para o consumo. Essa posição marca de forma distintiva o grupo de peixes nobres e desqualifica os outros.

No recorte, o discurso da ciência conforme Orlandi (op. cit.), é quem formaliza e determina regras/leis para o outro. O sujeito por sua vez submete-se ao assujeitamento do dizer. Isto é do discurso que lhe é autorizado, o dizer da ciência. Lugar de representação na sociedade como o discurso da formalidade “interditam” outros dizeres, o da interpretação, empírica.

A Lei de Nº 6.672, de 20 de outubro de 1995, tem ao fio do discurso a projeção imaginária dos meses do ano que são compreendidos como o período de defeso. Estes lidos como sendo natural das espécies para que o ciclo vital da procriação se efetive. Nessa direção, leiamos sobre o percurso sócio histórico de instituição de políticas ambientais no Estado de Mato Grosso.

1.8 O discurso do ecológico: um dizer jurídico no Estado de Mato Grosso.

No Estado de Mato Grosso as políticas públicas de preservação das espécies de peixe no pantanal tomam corporeidade na Lei nº 6.672, sancionada e publicada no dia 20 de outubro de 1995, no sentido de coibir a pesca predatória nos rios estaduais.

O discurso do período de piracema e ou defeso acontece todos os anos nos períodos de novembro a fevereiro. A direção e a fiscalização estão vinculadas à Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SEMA. Cabe a Secretaria acompanhar o período da piracema, as condições de desova das espécimes de peixes.

A prorrogação da piracema em 2009 é uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal - MPF. O fato de a prorrogação da piracema ser instituída por mais trinta dias, tornou-se o acontecimento de linguagem no Estado de Mato Grosso. Entendemos o acontecimento, como diz Pêcheux²³ (2007, p.11-12), como o lugar que remete a sentidos transversos que se significam sobre um fato. Neste caso, a prorrogação torna-se o divisor entre o antes e o depois. A prorrogação da piracema rompe com o período de noventa dias que juridicamente são circunscritos como normal, não ter acesso à pesca.

No dia 01 de março de 2009, a sociedade cacerense, principalmente, empresários do ramo turístico e pesquisadores, amanheceu com a notícia jornalística *Juiz prorroga por 30 dias piracema em Mato Grosso*, publicada no jornal *A Gazeta*, informando o prolongamento da piracema, por mais trinta dias, no município de Cáceres- MT, estabelecido por liminar expedida pelo juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, que justifica a medida por escassez de chuvas, dizendo ainda que tal medida deverá estender-se a todo o Estado de Mato Grosso (Jornal A Gazeta, 2009).

Como já dito, o fato de se instituir por mais trinta dias a prorrogação da piracema *reverbera sentidos* no poder local, regional e nacional. O jornal noticia o acontecimento tematizando, de imediato, os efeitos de sentido da instituição da liminar para “empresários do ramo turístico e pesquisadores”. Diz, assim, da posição sujeito empresário e pesquisadores. De outro lado, produz um apagamento sobre a posição

²³ Ver em Pêcheux. *Papel da Memória*. (2007)

sujeito pescador ribeirinho que tem na pesca a sua condição sócio-histórica. Nesse sentido, eleva a posição do comércio (empresário/turismo) e da ciência (pesquisador).

A decisão jurídica federal, veiculada no Jornal A Gazeta, no dia 1 de março de 2009, foi fundamentada em informações da Agência Fluvial da Marinha do Brasil em Cáceres-MT. No dizer da instituição que trata do setor hidrográfico do Brasil, a falta de chuva constituía o ponto nodal de acesso e de interdição a pesca no rio Paraguai e seus afluentes.

A escassez de chuvas no período de piracema/defeso, o baixo nível do rio Paraguai, segundo os dados da Marinha do Brasil, prejudicou a reprodução dos espécimes. Frente às condições meteorológicas, proíbe-se a pesca por mais trinta dias. A proibição tem uma inscrição densa, na atualidade, que converge ao discurso da mundialização no sentido de proteger o ambiente. Neste caso, o discurso eminentemente, ecológico converge no slogan de proteger a reprodução das espécies de peixes.

O discurso jurídico de cunho ecológico proferido pelo Ministério Público é um dizer institucionalizado que nos permite discutir, pelos dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, a língua e seu funcionamento, os efeitos de sentido desse dizer no poder local para diferentes posições sujeitos e, principalmente, como veremos, no decorrer deste trabalho, para estudantes da Escola de Jovens e Adultos/EJA, que em textos produzidos em sala de aula, dizem ter na pesca o seu *locus* de trabalho.

Cabe observar, então, que o discurso do Ministério Público Federal tem a sua carga semântica no poder local, visto que a cidade de Cáceres está localizada "[...] a margem oriental do rio Paraguai, sete léguas ao norte da foz do Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, no caminho de Vila-Bela para Cuiabá" (MENDES, 2009, p.27). Deste modo, o rio Paraguai tem uma memória, que sustenta ideologicamente a cidade, desde sua fundação.

A liminar institui proteção ao rio e às suas espécimes, assim, remete aos sentidos instituídos de preservação ambiental pela Constituição Federal, (Art. 225). De outro lado, a atividade pesqueira tem grande importância na região, para a população ribeirinha e demais setores pesqueiros, mas isso não se dá de forma aleatória. Como dissemos o rio Paraguai se significa no processo de fundação da cidade, no processo de

escoamento de produção agrícola e, sobretudo, pela pesca. Assim, é da pesca que muitas famílias tiram seu sustento, meio de subsistência.

Dessa forma, as águas do Alto Pantanal, constituem uma memória discursiva que tem a ver com a questão histórica e política da região. O histórico se significa no discurso ecológico de preservação ambiental pela memória, pois para Orlandi (2000, p. 21), “A memória discursiva é trabalhada pela noção de interdiscurso: “algo fala antes, em outro lugar e independente”. [...] o saber discursivo. É o já dito que constitui todo dizer”.

De fato, as condições de produção dos processos discursivos de preservação do rio constituem um campo de diferentes formações discursivas que atestam a identidade própria, de distintas-formas sujeito que tem na pesca a base econômica/social/cultural de existência. De outro lado, a escassez de chuva na região, é um não dito que irrompe um funcionamento discursivo sobre o leito do rio; o que não dá é ignorar os efeitos de sentido desse dizer entre os interlocutores.

Ao pensar sobre a atividade pesqueira faz-se necessário uma breve caracterização da Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-2 de Cáceres-MT. A Colônia criada através da Portaria nº 046, da Confederação Nacional dos Pescadores, em 03 de junho de 1982, situa-se às margens do rio Paraguai, na zona urbana da cidade de Cáceres. Atualmente, segundo informações,²⁴ são filiados aproximadamente 800 pescadores, numa abrangência geográfica de Cáceres a Vila Bela da Santíssima Trindade.

Para tanto, a liminar judicial expedida pelo Juiz Federal circula sentidos que desestabilizam relações entre o poder local e o institucional, ou seja, leis e cidadãos. A Lei se significa como diz Pêcheux (2009, p.147), “[...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão [...])”, dito como forma de prorrogar a piracema. O acontecimento discursivo da prorrogação faz emergir formações discursivas que são produzidas dadas às circunstâncias de interpelação do indivíduo, dito do pescador, do empresário entre outros. O cidadão, dessa forma, é interpelado juridicamente pelas Leis impostas pelo Estado. Nessa direção, o acontecimento discursivo da prorrogação mobiliza *gestos de interpretação* no cidadão,

²⁴ Informações coletadas na sede da Colônia de Pescadores e Aquicultores Z2 de Cáceres - MT. No dia 11 de novembro de 2013.

no sujeito pescador. Assim, a notícia que se destacou nos principais jornais do Estado, “Juiz prorroga por mais 30 dias a piracema em Mato Grosso”, produz pela formulação, distintas inquietações que rompe a memória discursiva de um período pré-estabelecido pela SEMA, no Estado de Mato Grosso. De outro lado, há sentidos interditados que se configuram mudanças da posição-sujeito que se desloca para o rio como meio de trabalho, esporte e lazer. A liminar jurídica torna-se, assim, um o acontecimento discursivo que rompe com o período da piracema já institucionalizado pela Lei de nº 6.672, em 20 de outubro de 1995, como também com a cultura de um povo.

No Estado de Mato Grosso, a Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEMA, dispõe sobre a pesca, estabelecendo medida de proteção. Ela se coloca como a mediadora, o porta-voz, entre o institucional e o social. “Assim, o porta-voz marca o lugar do institucional, do político, porque está revestido da língua de Estado. A partir da Análise de Discurso, tomamos a língua como lugar de relação com o político, com o social, portanto, lugar de conflito, de confronto” (MOTTA, 2007, p.17). Ainda, segundo a autora,

pensar o processo discursivo nos remete às condições de produção em seu espaço sócio histórico que nos mobiliza a *gestos de leituras, interpretação* sobre a constituição ou a difusão maciça desse dizer, neste caso, o discurso ecológico sobre *conscientização* e a *preservação* do peixe, nos rios de Mato Grosso (MOTTA, 2007, p.13).

As condições de produção da pesca têm a ver com a relação do homem com o rio no poder local. Há uma memória discursiva que reverbera sentidos sobre o espaço hidrográfico mantido sob a responsabilidade do aparelho do Estado, a SEMA. Segundo Motta (2003, p.41), “Há um processo institucionalizado de ruptura com a memória histórica da região, da cidade, já que antes quem monitorava a pesca no Estado eram a SUDEP, a Capitania dos Portos- Marinha Mercantil, o IBAMA e a Polícia Florestal”. Ainda segundo a autora esse movimento de ruptura é próprio das políticas organizacionais que constitui as instituições. Nesse sentido, o Estado instaura-se do lugar do porta-voz, a SEMA. É ela quem diz sobre a preservação ambiental no Estado

de Mato Grosso sobre as políticas públicas e sociais que dizem do lugar da pesca e da preservação das espécies no rio Paraguai²⁵.

A preservação, no dizer institucionalizado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SEMA determina o período da piracema como um processo natural que ocorre em ciclos anuais e coincide com a estação das chuvas. E, neste período, os peixes migratórios (peixes reofílicos) se deslocam rumo à cabeceira dos rios, onde buscam alimentos e condições adequadas para o desenvolvimento das larvas e dos ovos.

O local que antes dispunha de um discurso da naturalidade em que todos, de modo geral, tinham acesso ao ambiente, sem restrições do Estado, agora, o discurso toma outra significação e necessita da intervenção do Estado. Isto é, emerge o discurso da regularidade, o de preservação ao ecológico. Surge, então, a determinação de poder no dizer da proteção como, por exemplo, o fato do período da piracema ser vigiado/cuidado pelo órgão estatal a SEMA e ter uma data estabelecida para tal fenômeno da natureza seja protegido por lei.

O período da piracema evoca uma memória discursiva sobre a pesca na região. Em outras palavras, é o período de defeso estipulado pela SEMA, a pesca como se sabe, fica interdita com a finalidade de proteger a procriação das espécies. Assim, pode-se dizer que o ato da prorrogação, funciona a nosso ver, como algo que irrompe um já-dito. Isto é, após os três meses de defeso, a pesca fica liberada. Nessa direção, quando remetemos à memória discursiva, estamos filiados a teoria de Pêcheux (1997) e Orlandi (1996) que teorizam a língua em junção com a história, não a história cronológica, mas a história que se presentifica no intradiscurso, aquela que quando enunciamos, estamos tomados por um discurso que já foi dito em outro lugar. E ao enunciarmos o agora, acreditamos que somos donos dele, mas é a memória discursiva que nos proporciona tal dizer.

O discurso ecológico é algo que se tornou denso frente à ideia de preservação que emerge pelo efeito da globalização. No Brasil, com a escrita da Constituição Federal de 1988, há um dizer institucional que diz sobre o ecológico, mas como forma de se pensar a preservação para as futuras gerações. Daí, então, arraigados no discurso da preservação ambiental, ele surge como algo que se deve ter educação.

²⁵ Ver MOTTA, Op. cit. Dissertação de Mestrado em Linguística. "O sujeito no discurso ecológico sobre pesca na cidade de Cáceres Estado de MT". UNICAMP/2003.

Educação ambiental é disto que queremos, falar ao alargamos os estudos para o âmbito da sala de aula de jovens e adultos, alunos da EJA. Isto significa que essa busca pelas políticas pedagógicas se deve, necessariamente, para compreender como as políticas de ensino de língua, instituída pelos PCNs, tratam o discurso do ambiente, compreendendo-os, sobretudo, os Temas Transversais. Nesse sentido, interessa-nos pensar como a Escola toma o discurso ecológico no pedagógico da sala de aula, no ensino da língua/linguagem. Mas, para adentrarmos ao âmbito das análises, faremos um breve percurso sobre as políticas de Estado e os movimentos que constituíram/sedimentaram o ensino para jovens e adultos no Brasil.

CAPÍTULO II

O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS DE ENSINO

Este capítulo tem como objetivo apresentar de forma breve o percurso sócio-histórico sobre a educação para jovens e adultos-EJA, em que a prática tem arraigado temáticas que têm a ver com a realidade dos alunos, pela via dos temas transversais. No caso da escola selecionada, há um público que tem com o rio Paraguai/Cáceres-MT, uma relação produtiva de trabalho e de memória. Dessa forma, o nosso interesse em tomar o discurso ecológico da piracema em 2009, deve se estritamente em compreender a língua, os efeitos de sentido de uma temática veiculada em jornais com os alunos. Para tanto o trabalho deve-se a:

- a) Observar o funcionamento do discurso ambiental entre o que determina a Constituição Federal e os PCNs - Temas Transversais;
- b) Compreender como o discurso ecológico de prorrogação da piracema se significa para alunos da EJA que tem na relação com ao rio Paraguai uma forma de se constituírem como trabalhadores.

Nesta pesquisa, tomamos como leitura, em sala de aula, os textos jornalísticos que circularam na mídia, em 2009, sobre o discurso ecológico da piracema que, afetado pela liminar nº 2009.36.01.000787-9, determinou a prorrogação por 30 dias. Os textos foram previamente selecionados e discutidos com alunos de três salas de aula.

O interesse em tomar como suporte de leitura textos referentes à temática da pesca em MT, em sala de aula, não foi de forma aleatória. Deve-se aos Parâmetros Curriculares que instituem como um dos temas transversais, a educação ambiental. De outro lado, a questão da pesca é algo do convívio, do conhecimento empírico dos estudantes da EJA.

A EJA é constituída por trabalhadores de diferentes áreas, dentre estas, a dos pescadores. A profissão de pescador e a materialidade discursiva sobre a prorrogação da piracema, chamaram a atenção em relação à forma sujeito alunos/pescadores, filho (a)s,

esposas de pescadores, alunos/empresários do ramo turístico e de alunos/não pescadores.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, deve-se trabalhar com temas relacionados às realidades dos alunos. Isto é, buscar a transversalidade. Nesse raciocínio, ao propor a discussão sobre a “prorrogação da piracema” com os alunos da modalidade EJA, torna-se relevante compreender, segundo a proposta do Governo Federal, que

os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (BRASIL, 2001, p.26).

Tratar da transversalidade na sala de aula traz oportunidades de se trabalhar com as diversidades existentes no ambiente escolar e no poder local. Há assuntos que exigem mudança quanto às atitudes pessoais como no ensino e na aprendizagem ou em face correlacionada ao cotidiano do aluno. A sala de aula na EJA é um ambiente eclético e emergencial que exige do profissional um trabalho que mobiliza outras leituras sobre os jovens e adultos, que apontam para as diversidades inclusas no ambiente da sala de aula.

No caso do ensino da EJA, num espaço de vivências diferenciadas, nos possibilita pensar o discurso que circunda o cotidiano na posição-sujeito aluno em trabalhos com a linguagem. Neste caso, a preservação ambiental, a posição sujeito e os efeitos de sentidos do acontecimento discursivo, que foi a prorrogação da piracema em 2009, no município de Cáceres-MT, nos proporcionou trabalhar na sala de aula com temas diferenciados das áreas convencionais, assim como determinam os PCNS-Temas Transversais.

2.1 A inscrição jurídica da EJA: uma modalidade de ensino no Brasil

A EJA é uma modalidade de ensino da educação básica que está juridicamente inscrita na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. É uma modalidade que se constituiu, nos últimos anos, como um lugar estratégico para minimizar a exclusão e a desigualdade social. A EJA possui um aspecto diferenciado da escolarização formal e congrega aprendizagens realizadas nas mais diferentes ações pedagógicas.

O Documento de Base Desafios da EJA no Brasil, item 4, afirma:

EJA é um espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados — de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA (BRASIL, 2008, p.01).

O objetivo principal da EJA é a inclusão de jovens e adultos que foram impedidos de iniciar ou concluir os estudos na educação básica. Nesse caso, a diversidade cultural faz da EJA uma instituição que contribui para a formação dos sujeitos/alunos nas mais diferentes situações políticas e sociais. A EJA é uma modalidade de ensino que recebe o aluno, considerando as suas condições sócio-históricas que congregam, assim, “formas de ser brasileiro”. A educação de jovens e adultos passa ser um direito e dever que lhe é reservado, assegurado nas diretrizes curriculares para jovens e adultos trabalhadores, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores entre tantos trabalhadores e/ou desempregados.

2.2. Educação jesuítica: um projeto colonizador

No Brasil, a educação de Jovens e Adultos se demarca a partir do Brasil colônia. Os jesuítas foram os primeiros alfabetizadores que visavam formar cidadãos com bases religiosas. O recurso utilizado pelos jesuítas no processo de alfabetização

limitava-se à oralidade. Como se sabe, nessa época, o Brasil, ainda não dispunha de escolas. Assim, o fato de os jesuítas ministrarem aulas já demarca uma posição ideológica do religioso no processo de colonização de catequização pela palavra. Como se sabe, a figura do índio sofreu as injunções de submissão ao religioso.

Orlandi (2008) atribui três elementos que “apagaram” o índio na história da colonização portuguesa: a “ciência”, a “política social” (o indigenismo) e a “religião”.

A ciência torna o índio observável, compreensível, e sua cultura, legível; o indigenismo o torna administrável; a catequese o torna assimilável. Diríamos, pois, que a compreensão amansa o conceito índio, a pacificação amansa o índio como corpo e a conversão amansa o índio como espírito, como alma. Essa domesticação representa o processo pelo qual ele deixa de funcionar, com sua identidade, na constituição da consciência nacional (2008, p.67).

Ao “apagar” o índio, emerge outro discurso que funciona no processo de ensino de outra língua, a Língua Portuguesa. A pacificação e a conversão fazem surgir à constituição de “novos” sujeitos/índios e a iniciação da escrita/alfabetização no Brasil colônia. Há um movimento que inscreve o índio em uma posição sujeito que o apaga de suas raízes, a sua língua nata pela alfabetização na Língua Portuguesa.

Trata-se de um projeto de colonização linguística constituindo com base no catolicismo jesuítico e em consonância com um imaginário em torno da relação língua-nação vigente do século XVI ao XVIII. Por outro lado, como essa história não se faz sem resistências linguísticas na colônia, tematizá-la é também discutir o papel da linguagem na transformação de uma colônia em nação independente (MARIANI, 2004, p.21).

O projeto colonizador português de civilizar o Novo Mundo de que fala Mariani (Op.cit.), traz divergências entre o colonizador e colonizado. De um lado, os portugueses impõem sua língua e, do outro lado, a resistência da colônia portuguesa. Esse processo da colonização linguística, no Brasil, traz confrontos entre línguas, uma vez que, cada uma defende sua cultura linguística, neste caso, a política de língua nacional.

Para Orlandi (2008, p.68), “[...] o Estado português ao colonizar o índio estabelece-se o “apagamento” do indígena brasileiro”. Observa-se, nessa direção, que as diferenças culturais e linguísticas também contribuíram para a exclusão do índio de seu

habitat natural. Fala-se outra língua, e o estrangeiro estabelece novas regras e novos costumes. O avanço dos portugueses, as ordens impostas pela Coroa Portuguesa, faz da prática colonizadora um processo de exclusão. Ao querer fazer do indígena um “homem branco”, dissemina-se suas origens. Quando o Estado com suas Leis faz do índio um “igual” aos brancos em direitos e deveres dentro do Estado, acontece o desfalecer do índio na sua cultura e na sua origem.

Silva (2001, p.143), traz uma questão importante sobre o processo de alfabetização no país. A autora (Op.cit) discute os registros de “Gonçalves Dias, em Relatório feito sobre a situação da instrução pública na Região Norte do país, em 1852, descrito no livro de Almeida [...]”, em que se encontra o seguinte trecho:

Concluirei fazendo observar que duas grandes classes de nossa população (2/3) não recebem ensino, nem educação alguma - os índios e os escravos. No antigo regime era de costume criarem-se cadeiras primárias nas localidades, em que estabeleciam índios novamente convertidos. Se nos não convém ir procurar novos índios às florestas para converter e civilizar, nem mesmo olharmos de perto para a instrução dos aldeados, é de necessidade atendermos ao menos a essa outra classe, que entremeada com a população livre, tem sobre ela uma ação desmoralizadora, que procuramos remediar. Quero crer perigoso dar-se-lhe instrução; mas por que se há de dar uma educação moral e religiosa? (Idem, 2001, p.143).

A citação aponta que “[...] duas grandes classes de nossa população (2/3) não receberam ensino, nem educação alguma - os índios e os escravos”. Entretanto, o que chama a atenção no recorte é o fato da educação ser dirigida a uma terceira classe - “ao aldeados”. Para tanto, criar cadeiras primárias nas localidades é “sinônimo” de educação de ir onde o povo está. Porém, esse gesto de investir em uma educação para uma classe X não é de forma alguma aleatória. Há um interesse político, uma troca que entremeia a população menos abastada.

O século XVIII é um marco no processo de inscrição da educação no país, visto que o Estado necessita de cidadãos alfabetizados. Há uma política interna, conforme Silva (2001, p.143), que almeja a educação como forma de continuar a civilizar/converter “os índios e os escravos”, ou seja, o cidadão que não tem “instrução” é impedido de ir às urnas. Temos, assim, um discurso politizador que reclama sentidos, uma memória discursiva da educação jesuítica: “No antigo regime era de costume criarem-se cadeiras primárias nas localidades, [...]”; o que emerge sobre o discurso da

domesticação ao ensino de dar “instrução e de remediar” a convivência não somente aos índios e escravos, mas a necessidade de “entremear” os “aldeados” para lhes dar formação e o reconhecimento de cidadãos alfabetizados (op. cit.).

Desse modo, podemos dizer que acontece uma mudança de ensino, da oralidade para a escrita. E esse acontecimento ancora-se no dizer da educação jesuítica no ensino da oralidade que fora aplicado pelos padres jesuítas no Brasil; no início da Colonização portuguesa. Soek (2009, p.07) diz que, o método de ensino consistia, “[...] de um conjunto de regras e preceitos religiosos denominados *Ratio Studiorum*, transmitidos basicamente pela oralidade, já que a população ainda não tinha acesso a escolas e aos sistemas de escrita”. O ensino pela escrita aconteceria tardiamente, pois também segundo Soek (op. cit.), “[...] as primeiras escolas apareceram bem mais tarde, ainda com influência dos jesuítas”.

Segundo Silva (2007), com a função de ensinar ler, escrever e a contar, essa escola nasce no Brasil, mas de forma catecúmica e excludente. Desta maneira, a alfabetização inicia-se com uma divisão entre ricos e pobres, cuja forma de separação por classe social gera no país duas escolas: a escola para os filhos dos senhores, abastados da sociedade e a escola para índios, brancos, filhos de imigrantes e negros alforriados.

A escola de ler, escrever e contar nasce, no Brasil, como escola de catecúmenos, ou seja, com a função de ensinar a doutrina cristã, católica, para que os habitantes da terra pudessem ser batizados e tornarem-se cristãos e civilizados. E, para os filhos dos colonos, criam-se os Colégios com a função de dar uma formação que possibilitasse o ingresso nas universidades portuguesas, européias. Há, pois, uma cisão fundante na primeira Instituição da sociedade a ser criada no País. Uma dualidade que iremos encontrar ao longo da história da educação em diferentes aspectos. Uma educação primária, de caráter doutrinário e moralizante para os índios, os negros, os mestiços, e uma instrução acadêmica para os filhos dos grupos dominantes (SILVA, 2007, p.06).

Há sentidos que remetem à formulação que diz que “ensinar a ler e escrever é perigoso”, mas esse novo modelo de ensino, pela escrita, tem como cunho político e regulador uma proposta de ser realizada por meio da “educação moral e religiosa”. Essa prática pode por vezes determinar uma escola que gera líderes e outra que gera sujeitos dominados. Dominação que cria regras doutrinárias a imposição tradicional europeia

que objetiva gerar no país cidadãos alfabetizados aptos, por saber ler e escrever a exercer o ato de votar. Por outro lado, formam-se pessoas alfabetizadas para desempenhar serviços gerais nas fábricas, isto é, uma escola pensada, formada para o interesse de alguns, exceto, para o bem da população de uma nação.

Althusser (1985, p. 70) diz que, a escola é um aparelho ideológico do Estado, “[...] a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários, mas também suas ovelhas”. Trata-se, assim, de uma forma de politizar as pessoas para se constituírem cidadãos no sentido regulador do Estado.

Silva (2001, p.145), ainda nos diz que “No Brasil, a escola elementar não foi produto de um processo econômico, social e cultural, mas uma das *condições* necessárias para a instalação de um processo econômico-social [...]”. A política de ensino é fundada, então, na escravidão e na propriedade da terra, em que há explorados e exploradores. Desta maneira, tem-se como trabalhador o jovem ou o adulto sem escolarização. Essa forma íngreme de conceber o sujeito sem escolaridade faz com que políticas públicas no Brasil se voltem para essa clientela em específico, a EJA, na atualidade.

Desse modo, a escola como instituição passa a ser instrumento da ideologia da classe dominante, a portuguesa. Esta passa da escola da oralidade para a escola “de ler, escrever e contar”.

O ensino pela “oralidade”, a escola apenas ensinava o aluno “a ler, a escrever e a contar”, contribuiu para o analfabetismo no Brasil.

Pêcheux (1997) discute:

[...] a ambiguidade fundamental da palavra de ordem mais centenária “aprender a ler e a escrever”, que visa ao mesmo tempo a *apreensão de um sentido unívoco* inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas “leis” semântico-pragmáticas da comunicação) e o trabalho sobre a *plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento. [...] – a possibilidade de uma expansão dos privilégios “literários” da leitura interpretativa em amplos setores onde (como, por exemplo, discursos políticos de uma parte, publicitários de outra, o provam suficientemente) a prática da “leitura literal” se mostra insuficiente (1997, p.59-60).

É neste dizer de ensino pragmático que surge no Brasil sob comando dos jesuítas, as primeiras instituições de ensino que tinham como meta: “[...] organizar escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos [...]” (SOEK, 2009, p.07). A autora salienta que, “[...]durante quatro séculos, no Brasil, prevaleceu o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e não alfabetizados, [...]”. Dito de outro modo, a forma de ensino era de exclusividade de alunos seletos e, nessa seleção, acontece uma ação discriminatória e excludente, o que contribuiu para ascender o alfabetismo no País.

2.3 As políticas públicas e a EJA no Brasil

A primeira Constituição Brasileira, assinada pelo Imperador D. Pedro I no dia 22 de abril de 1824, no Art. 179 do § XXXII, diz sobre a formação da “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos.” No discurso institucionalizado pela coroa portuguesa emerge uma ideia de igualdade, de “educação para todos”.

O discurso igualitário implica a contradição com as condições de produção que diz sobre o real. Na formulação, o pronome indefinido “todos”, defronta com a desigualdade educacional da época que abarcava somente às pessoas da classe alta. Para Soek (2009, p.08), por longo tempo no Brasil “[...] a educação foi destinada somente às elites, uma pequena parcela da população. Em consequência disso, pouco a pouco foi aumentando o percentual de pessoas não alfabetizadas.” E essa elitização do direito de ir à escola, de um grupo x contribuiu com o analfabetismo (op. cit.).

Observa-se uma distância temporal sobre a questão do direito da educação para “todos”, a partir da Constituição de 1824. O que nos possibilita dizer que houve um distanciamento do Estado sobre a questão da política educacional do país de alfabetizar “todos” os cidadãos brasileiros. Essa garantia estava na Lei, mas silenciava-se nas ações do governo. O cenário político do Brasil ainda dispunha de uma educação elitizada, que contrariava o Art. 179 do § XXXII, o qual assegurava a formação da “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”.

É a partir da Revolução de 1930 que grandes transformações, decorrentes do processo de industrialização, vão mudar a realidade da alfabetização no País. Esse processo conhecido como revolução das máquinas, dos manufaturados exige do

mercado de trabalho mão de obra especializada. Pessoas alfabetizadas que permitam ao operário ler, montar e desmontar máquinas; ler e compreender como um manual orienta a instalação de um equipamento, de uma máquina, por exemplo. Nessa linha de raciocínio, há um desdobramento velado de exigências sobre a política do país, no que se refere à educação. O fato de o mercado exigir o conhecimento sistematizado emerge na sociedade um ideal de igualdade e de diretos. Pode-se dizer que, se antes a educação era apenas para filhos da elite, as condições de produção agora são outras. O cidadão sem escolaridade, o excluído pelo sistema constitucional brasileiro, passa agora, nesta política de “educação para todos”, ser incluído como um cidadão que necessita e lhe é garantido o acesso à escola.

Com efeito, as mudanças de cunho político ideológico sobre o sujeito, a escola e o trabalho se significam com a promulgação da Constituição de 1934, em que aparece a educação como “direito de todos” e estabelece o dever para a família e para o Estado.

Art.149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

A Constituição de 1934, no Art. 149, determina uma educação para todos e ainda atribui à família e aos Poderes Públicos a responsabilidade do ensino no País. De acordo com o parágrafo único do plano nacional de educação, constante de lei federal, nos termos dos artigos 5º, nº XIX e 39, nº8, letra *a*, assegurou-se, pela primeira vez, a necessidade de oferecer educação básica para jovens e adultos que não haviam frequentado a escola quando criança.

Nesse sentido, temos o marco na história do Brasil, um acontecimento de linguagem em que o adulto passa a ter direito à educação. E, ainda, o Estado divide com a família a obrigação de manter o filho (a) jovem e adulto na escola. Pode-se dizer que houve uma ruptura ideológica, até então de uma educação básica somente para crianças. Segundo Soek (2009, p.08), “de acordo com o censo de 1920, havia um índice de 72% da população, acima de 5 anos de idade, que nunca havia ido à escola”. Desse modo, o Estado ao determinar a educação a todos, inclusive aos jovens e adultos, impõe seu papel fundador aparelho ideológico de Estado (Althusser, 1985).

Pode-se, então, dizer que a Escola como uma instituição estatal abre as “portas” do ensino a “todos”, isto é, o Estado impõe e determina por meio do Art. 149 a obrigatoriedade do ensino às crianças e aos adultos. Nesse sentido, instaura a família como co-responsável de um ensino de difícil acesso no país. Rompe, assim, uma memória discursiva, que “fala”, antes em outro lugar, adultos não precisam ir à escola. Emerge, desse modo, um discurso político em prol da educação de jovens e adultos no Brasil o que contrapõe as condições de produção no ensino brasileiro.

Remetemos a Castoriadis (1982, p.141) que questiona o lugar das instituições na sociedade, não como “funcionalistas”, mas “capital”. E que: “[...] as instituições preenchem funções vitais sem as quais a existência é inconcebível”. A visão “funcionalista” é para Castoriadis (1982) aquela que atende as necessidades reais de uma sociedade. Outra questão fundamental para este estudioso é o acontecimento que se dá pelo “simbólico”. Para esse fato, pode-se dizer que as instituições são reconhecidas pelo intercambio do simbólico que realiza *na/pela* linguagem. Assim, observa-se em Castoriadis (1982, p.142), que: “As instituições não se reproduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis formas de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica.”

O discurso do Estado representa o poder e aborda a questão da educação para “todos” e, diz: “[...] de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.” Têm-se diferentes formações discursivas que emergem sobre as necessidades de assegurar ao povo: o acesso à escola para o jovem e o adulto, a diminuição do analfabetismo e fatores que modifiquem, edifiquem a vida moral e econômica do país. Discurso que demanda uma organização institucional e que assegura na lei os direitos de seus cidadãos a terem oportunidade de aprender o alfabeto e a ter condições de vida mais solidária e mais humanizada. Conforme Orlandi (2007, p.20), as formações discursivas “[...] são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, [...]”. Nessa direção, de pensar a linguagem como elemento constitutivo da não transparência em que os sentidos estão em confluência em diferentes regiões do interdiscurso é que tomamos o pronome “todos” como material de análise.

Analisar o pronome “todos” parte-se da premissa que a educação não será particularizada só ao branco, o aldeado, o índio. Ao contrário, o pronome pluraliza, contempla todas as pessoas e silencia, por exemplo, a exclusão social de uma nação que gera a desigualdade entre seus cidadãos ao negar o político. Nesse sentido, o direito de estudar aos cidadãos é negado pelo Estado, que se coloca em sobre-determinação, o discurso da humanização, espírito solidário e não se diz da produção do conhecimento. De outro lado, produz-se um hiato entre o letrado e o não letrado e, conseqüentemente, amplia-se o índice de analfabetismo no país.

O Censo Demográfico realizado no ano de 1940 faz um mapeamento da ineficácia da “instrução”, ou seja, o grau de ensino dos cidadãos brasileiros. A logística do censo de 1940 constava de quesitos para verificar a formação das pessoas. O relatório dividia em três grupos. No primeiro grupo constatou que 32,24% das pessoas sabiam ler e escrever; no segundo grupo, o índice do analfabetismo demonstra que 67,26% de pessoas não sabiam ler e nem escrever e, no terceiro grupo do questionário, apenas 0,50% de instrução não foram declarados.

O recenseamento de 1940 revela, por meio de estatística, o índice de pessoas analfabetas no país. Divulgou-se, também que 55% dos brasileiros com mais de 18 anos não haviam sido alfabetizados. Segundo Soek (2009, p.08), esse resultado de analfabetismo fez emergir campanhas de alfabetização.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO desenvolveu o projeto de implantação de uma rede de ensino primário supletivo para adultos não alfabetizados no Brasil. Desse modo, pode-se dizer que é a partir do recenseamento de 1940 que começam surgir propostas de ensino específicas para jovens e adultos.

É relevante explicitar que na década de 1940, o Brasil passou por momentos de transição na política. É o fim da Ditadura de Getúlio Vargas. O país passava por um período de evolução política da redemocratização, o que acarretava na necessidade política de aumento das bases eleitorais. Nesse sentido, reintegrar os jovens e adultos às escolas significava dar sustentabilidade as bases do governo brasileiro. Caso contrário, seria impossível democratizar. Temos, assim, novos *gestos de interpretação* que diz sobre a política educacional no Brasil. O objetivo implícito das ações está em cidadãos

alfabetizados, bases eleitorais engrenadas, para a demanda da democratização. Desse modo:

Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente, sobretudo, incrementar a produção. Para tanto, era necessário oferecer instrução mínima à população (SOEK, 2010, p.08).

Ao indagarmos sobre a “urgência” de acelerar o processo de alfabetização que tinha como centro “aumentar as bases eleitorais” e engrenar a produção. Conforme Soek (Op.cit.), questionamos sobre os efeitos de sentidos que emergem da formulação “uma educação mínima”. Mas, o que é dar instrução mínima à população? O que é ensinar o mínimo para o Estado? O que significa a expressão mínimo?

No dicionário²⁶, a expressão “mínimo” traz a seguinte acepção: é um adjetivo superlativo de pequeno que é o menor ou que tem quantidade, valor ou grau muito baixo. Neste caso, então, quando o Governo central quer fomentar as “massas” e dar-lhes a “instrução mínima”; pode-se dizer que o ensino era de péssima qualidade, de “valor ou grau muito baixo”. Não havia uma preocupação do Estado em oferecer à população uma instrução de qualidade, mas uma “mínima” inferior instrução. Nesse sentido, a educação não era o que emergia como prioridade, mas “incrementar a produção”.

Henry (2003) diz que, a língua, o sentido não é uma expressão matemática, logo não se pode dizer que o ensino tem uma quantidade. Aqui, parafraseando o autor para dizer que o conhecimento, então, não dá para ser expresso em mínimo. Essa forma de pensar de minimizar o conhecimento fez com que o país sofresse as injunções dessa ação política.

O recorte analítico (Soek, 2010, p.8), citado anteriormente, diz sobre as necessidades de o governo propor uma educação que chegue ao alcance dos jovens e adultos, mesmo que seja “mínima”. O que se depreende de uma ação educacional mínima? Permite nos dizer, por exemplo, que se aumentando as bases eleitorais, sustentam-se as bases governamentais; integra-se ao povo (às massas), aos filhos dos imigrantes, constrói-se um dizer de um país que passa por mudanças políticas, neste

²⁶ Ver em: Aurélio (2010, p.507).

caso, a “educação para todos” e a queda da Ditadura Militar. Assim, constrói-se outro discurso naturalizado e democrático.

Desse modo, asseguram-se as políticas de compra e venda no mercado interno, que necessita de mãos de obra. Dito de outro modo, a demanda atual do governo necessita de pessoas que tenham “mínima” instrução escolar, como já citamos anteriormente, uma escola que ensine “ler, escrever e contar”. Assim, faz-se necessário questionar o que se coloca de conhecimento, em ler, escrever e contar de forma, “mínima”, como a instrução escolar para uma distinta camada da população.

No jogo parafrástico da língua, os sentidos deslizam e outras formações discursivas são construídas. Orlandi (2001, p.36) diz que, “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso nacional projeta uma educação para jovens e adultos que é formulada pelo jogo de linguagem entre educar para oportunizar e educar para fortalecer as bases eleitorais do país. É possível um discurso naturalizado pela *evidência*, uma “instrução de qualidade mínima”.

Depreende-se que o processo de alfabetização no país teve como cunho político o voto, pois uma pessoa sem escolaridade, ou seja, que não sabia assinar seu nome era considerado analfabeto. E, essa realidade impossibilitava ao cidadão brasileiro o direito de cumprir sua cidadania. Segundo a UNESCO,

no início do período republicano, a alfabetização e a instrução elementar do povo ocuparam lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como *vergonha nacional* e creditavam à alfabetização o poder da elevação moral e intelectual do país e de regeneração dos pobres brancos e negros libertos, a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas. Pouco, porém, foi realizado nesse período o sentido de desencadear ações educativas que se estendessem a uma ampla faixa da população. Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta até 1950 mais da metade da população brasileira era analfabeta o que a mantinha excluída da vida pública, pois o voto lhe era vedado (2008, p.21).

No excerto supracitado, temos uma materialidade densa que reverbera sentidos sobre a alfabetização; esta ocupou um espaço restrito frente à política nacional. Indagamos: Quais as consequências que se depreende dessa iniciativa? Analfabetismo

versus vergonha nacional, nação e analfabetismo? As questões instigam a pensar o modo como o estudo para o jovem e o adulto deveria ser encaminhado.

Pode-se dizer que estas questões dizem sobre as condições de produção que o Brasil foi criado/fundado.

[...] o período das descobertas do novo mundo, observa-se que o discurso da História proveniente do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas pela imposição e/ou preservação das entidades. É um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua (MARIANI, 2004, p.24).

Desse modo, a prática de ensino no Brasil acontece “pela força e pela escrita gramatizada”, pois a educação nas terras colonizadas é constituída por uma política de Estado, institucionalizada, que é determinada ideologicamente. Orlandi (2007, p.23) diz, no livro intitulado “As formas do Silêncio” que: “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante”. Assim, pode-se dizer que há uma regularidade discursiva nesse processo “de colonizar para explorar” e que silencia a formação social do cidadão colonizado.

No Período Republicano, conforme (UNESCO, op.cit), o analfabetismo ganha outros sentidos e ocupa, assim, destaque nos discursos políticos que apontam “o analfabetismo como vergonha nacional”. Nessa trajetória de “novos” dizeres que se constitui pela história, questionamos: Quais as consequências que estão ocultas no discurso republicano?

Os sentidos que emergem sobre essas questões citadas, derivam de um dizer que nos permite, pelo viés analítico, fazer os seguintes apontamentos. O descaso no que se refere à educação do país, a falta de possibilidades, a mão de obra escrava, inscreve o Brasil em diferentes formações discursivas como um país que desqualifica a educação de seu povo, ou ainda, faz emergir a memória política da educação brasileira, e que tem seus ranços ainda no século XXI.

No discurso da UNESCO (2008, p.21) temos, em a “[...] a alfabetização e a instrução elementar do povo ocuparam lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como *vergonha nacional* [...]”. No dizer da UNESCO (2008), o ensino no Brasil ocupa uma posição x e se inscreve em diferentes formações discursivas, assim se difere da proposição sobre a educação jesuítica, nesta última, a educação elementar, a que ensinava a “ler, a escrever e a contar”. Como se sabe, as políticas de ensino do governo da república e as condições de produção são outras, como distintas são as posições ideológicas que tem a ver com os distintos discursos.

Dessa forma, o discurso sobre a educação remete a diferentes posições, diferentes enfrentamentos ideológicos que nos possibilitam dizer que as políticas públicas educacionais passaram por mudanças que diferenciam do discurso. Pêcheux & Fuchs (2009, p.164) definem as mudanças linguísticas ideológicas, “[...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes”.

Pode-se analisar que, é por meio da alfabetização que haverá mudança social na questão “intelectual do país”. Dessa forma, outros dizeres se formulam e se movimentam e apontam para outras formações discursivas sobre a alfabetização imersa no novo dizer do país.

No recorte do que diz a UNESCO (2008, p.21) sobre o ensino, “[...] de regeneração dos pobres brancos e negros libertos, a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas”, observa-se um jogo de linguagem, sentidos que se entrecruzam com outros dizeres. Segundo o dicionário Aurélio (2010, p.651), a palavra “regenerar” na sua primeira acepção é “tornar a gerar, reproduzir, o que estava destruído”, enquanto que na segunda acepção é “corrigir moralmente” e na terceira traz o sentido de “formar-se de novo”.

Os sentidos de “regenerar”, nas condições de produção que a UNESCO diz da posição mundial a educação e a um determinado país, o Brasil – remetem ao sentido amplo, conforme Orlandi (2000, p.15) “[...] no contexto sócio-histórico, ideológico, isto é, o fato que em uma sociedade como a nossa o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder. Trata-se, então, de criar uma nova sociedade em que possam participar “os pobres, os brancos e os negros

libertos” que, até então, constituíam camadas da população consideradas “como incultas e incivilizadas”. Se tomarmos a expressão “regenerar” no sentido da literalidade da língua, temos uma camada da população que necessitava ser “corrigida moralmente”. Isto é, um país em que a camada social marginalizada, sinônimo de “vergonha nacional” (op. cit.).

Nesse sentido, a nação necessita de uma mudança, uma “correção moral”, a ser realizada pelo aparelho regulador. Segundo Althusser (1985, p.32), é a escola que tem o “papel dominante” na sociedade. O discurso regulador do Estado está presente no excerto que diz: “[...] nesse período o sentido de desencadear ações educativas que se estendessem a uma ampla faixa da população [...]”, e ainda: “Devido às escassas oportunidades de acesso à escolarização na infância ou na vida adulta até 1950, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida pública, pois o voto lhe era vedado” (UNESCO, 2008, p.21).

Para a UNESCO, a educação já é pensada como falta, algo que não teve na infância; outra formação discursiva é de uma educação que não obteve êxito, então, precisa ampliar as bases educacionais para “corrigir” essa realidade brasileira. Segundo a UNESCO (2008, p.21), os dados estatísticos “em 1950 mais de cinquenta por cento da população do país era analfabeta”.

Desse modo, os analfabetos eram excluídos de cumprir seu dever de cidadania, o ato de votar. Assim, outras condições de produção apresentam-se, por exemplo, um cidadão analfabeto que ficava excluído do poder de escolher seu representante no Congresso Nacional, como também os representantes estaduais e municipais. Há assim, uma barreira que a falta de saber escrever e de ler produz. Ou seja, o adulto que não exerce essas habilidades, não é alfabetizado, terá de enfrentar a realidade da exclusão social e o exercício democrático de votar. E esse processo de exclusão é a palavra chave nos discursos dos candidatos a cargos políticos, pois é preciso sanar o analfabetismo no país. Seguindo esse pressuposto de engrenar as bases educacionais no país, surgem assim, os primeiros movimentos e ações educacionais voltadas, especificamente, para a educação de jovens e adultos.

2.4 Campanhas e movimentos em prol da Educação de Jovens e Adultos

Destacamos as principais campanhas sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A primeira Campanha em prol da Educação de Adultos foi inspirada no método Laubach. É a partir desse período que segundo Soek (2010, p.11), surge a preocupação de “produzir materiais didáticos voltados ao ensino de leitura e da escrita para os adultos.

Em 1947, o Ministério da Educação e Cultura organiza as primeiras políticas públicas nacionais destinadas a atender jovens e adultos. Esta data tornou-se o marco deste acontecimento (UNESCO, 2008, p.21). Nesse momento que culminam os movimentos e campanhas em prol da educação de jovens e adultos, o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Cultura deu início à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Conforme dados da UNESCO (op. cit.), outras duas campanhas foram lançadas, mas obtiveram poucos resultados efetivos: “a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958.” Essas campanhas sofreram várias críticas, tendo em vista o tempo curto de duração de aprendizado, os modelos e materiais pedagógicos inadequados ao aprendizado do adulto. De acordo com a UNESCO (op. cit.), as campanhas que aconteceram ao final dos anos 50 foram ridicularizadas com inúmeras críticas, estas referentes ao método de ensino utilizado “[...] de caráter superficial do aprendizado que se efetivava num curto período de tempo e a inadequação dos programas, modelos e materiais pedagógicos, que não consideravam as especificidades do adulto e a diversidade regional”.

Em outras palavras, pode-se dizer que é no final da década de 40, que se efetivam as primeiras campanhas de proposta de cunho pedagógico para a educação de jovens e adultos no Brasil. Lourenço Filho, nos diz que:

Entre 1947 e final dos anos de 1950, o governo federal lançou várias campanhas visando à extensão do então ensino primário de quatro anos para a população mais pobre que não tinha tido acesso a ele na “idade apropriada”: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e, posteriormente, Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MNEA) Simultaneamente a essa última, foi organizado também o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA). (1945, p.169)

Observa-se, pela citação, que as diferentes campanhas educativas ocorridas no Brasil, registram o marco fundamental de políticas públicas direcionadas, especificamente, ao ensino de escolas supletivas no país. Constitui-se o sujeito de direito e deveres, o direito de jovens e adultos conquistarem seu espaço na sociedade, o de saber “ler e escrever” e o dever de adquirir o seu espaço político na sociedade, como um cidadão de direito. Assim, para Clastres,

[...] a sociedade é inconcebível sem o Estado, o Estado é o destino de toda sociedade. [...] a sociedade está condenada a entrar nessa história e passar pela etapa que levam da selvageria à civilização. “Todos os povos são civilizados e selvagens”, escreveu Ravinal. [...] já foi observado que as sociedades arcaicas são quase sempre classificadas de forma negativa, sob o título de falta: sociedade sem Estado, sociedade sem escrita, sociedade sem história (1978, p. 01).

Nesse sentido, a organização da sociedade é a existência do poder e esse poder passa pelo processo de concepção de ser sobredeterminado pelo Estado. Ainda, segundo Clastres (1978), “[...] nossa cultura, desde as suas origens, pensa o poder em termos de relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência”.

Para Barthes (2007, p.11), “[...] o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social [...]”. A sociedade detém o poder e através dela exerce o comando de institucionalizar direitos e deveres. Nesse sentido, a implantação do ensino supletivo no Brasil traz um pré-construído que possibilita dizer que uma sociedade em que a maioria da população é analfabeta, é uma sociedade vulnerável à alienação e à exploração econômica.

Em 1957, foi criado pelo governo federal a Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo – MNEA. Esse projeto é lançado para conter os comentários feitos anteriormente em reprovação às campanhas de alfabetização CEAA (1947-1950) e CNER (1950-1954), acusados de “fábricas de eleitores”. No sentido que contradiz as determinações que o ensino tinha sido nomeado, o governo brasileiro lança a referida campanha – MNEA sob o discurso de “secar as fontes do analfabetismo”.

[...] prevendo para tanto a regularização da oferta da escola primária de quatro anos e sua complementação em mais dois anos, como já havia sido experimentado na Escola Parque da Bahia. Para a

alfabetização de jovens e adultos, mantinha as experiências das classes de emergência, com melhor preparação dos professores e apostava nas escolas radiofônicas. Foi implantado experimentalmente em Leopoldina (MG) e parcialmente estendido a Timbaúba (PE), Catalão (GO), Júlio de Castilhos (RS), Santarém (PA), Picuí (PB), Macaé (RJ), Benjamin Constant (AM), Guajaramirim (RO) e prevista para Caraguatatuba (SP). Partia de pesquisa básica sobre as condições socioeconômicas dos municípios e seu programa envolvia basicamente construção de escolas, treinamento de professores, elaboração de material didático específico. Essa campanha é muito pouco estudada; sobre ela dispõe-se apenas de um excelente relatório de seu coordenador, João Roberto Moreira: *Uma experiência de educação popular: o projeto piloto de erradicação do analfabetismo do Ministério de Educação e Cultura*, publicado pelo MEC, em 1960. Sabe-se que existe um museu em Leopoldina, sobre a experiência.²⁷

Observa-se que a posição sujeito aluno da EJA no processo de construção de sua trajetória é constituída a partir das emergências políticas do Estado. Para Orlandi (2012, p, 153), “O discurso é o lugar em que podemos observar a articulação entre língua e ideologia”. E ainda, “[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Nesse dizer, observa-se a materialidade discursiva é preche de sentidos, pois estes se encontram “na ilusão da transparência”, uma vez que, os sentidos são administrados ideologicamente. Isso acontece porque para a teoria discursiva a linguagem não é “transparente”, ela já vem atravessada de sentidos outros.

Nessa direção, ao pensar o ensino da EJA no Brasil, pode-se dizer que a cada “nova” política de Estado, o discurso de sua instituição trabalha uma forma-sujeito em que esse sujeito é individuado e já determinado. E, cada ação pedagógica já presentifica o imaginário do sujeito analfabeto, o cidadão impedido de executar a sua cidadania.

A interpelação do indivíduo enquanto sujeito/analfabeto no discurso da alfabetização é “individualizado”. O sujeito é materialmente caracterizado como sujeito jurídico que obtém seus direitos e deveres na sociedade. Para Orlandi essa regularização (2012, p.154), acontece do Estado para a Escola. A escola é uma instituição capaz de produzir a interpelação, a submissão ideológica do Estado pelas políticas de ensino.

²⁷ Os movimentos de cultura e Educação Popular dos anos 60. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/40horas/favero_paulo_freire_primeiros_tempos.pdf. Acesso em : 28 fev. 2014.

2.5 Constituição de novos dizeres no ensino da Educação de Jovens e Adultos

Em 1963, Paulo Freire, na Universidade de Brasília, desenvolveu uma pesquisa na tentativa de alfabetizar jovens e adultos trabalhadores do Distrito Federal. Porém, o golpe militar em 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo, assim, a prática do método de alfabetização de adultos (UNESCO, 2008, p.22).

Em 1967, durante o regime militar, através da Lei nº 5.374/67, é instituído o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, como forma de atender a parcela não-alfabetizada de adultos no país. Essa proposição instituída pelo regime militar não teve êxito no que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos, portanto, foi extinta. Neste contexto histórico de mudanças das bases educacionais, na educação de jovens e adultos, depreende-se, segundo Freitag (2005, p.201), “A predominância do Mobral no contexto em que foi chamado de ‘ensino supletivo’, somente se dá a partir de 1973, ano em que a Fundação Mobral, anteriormente autônoma, foi integrada ao Departamento de Ensino Supletivo (DSU) do MEC”. A autora destaca que “[...] o ensino supletivo foi pensado como uma forma de treinar as classes subalternas para o trabalho e transmitir-lhes o instrumental (leitura, escrita, aritmética) de cultura geral necessário para serem mais eficazes no processo produtivo [...]” (Idem, 2005, p. 202).

A autora permite compreender que o ensino supletivo está atrelado ao trabalho. Ou seja, o adulto em fase de escolarização é sinônimo de mão de obra qualificada para o país, ainda que de forma instrumental. Nessa linhagem, não se diz sobre a alfabetização como produção de conhecimento de progressão do sujeito.

Há uma simplificação da posição sujeito/aluno nas políticas instituídas pelo Estado para aquele que em fase adulta conhece o alfabeto. Em outras palavras, sair da condição de analfabeto tem um implicativo social para o cidadão que desconhece o sentido que permeia as palavras. Isto pode ser observado em atitudes corriqueiras do cotidiano, como ler na TV anúncio, o nome de rua, assinar o nome.

Imbuído de uma posição ideológica diferenciada, Paulo Freire desponta no Brasil como referência na educação, em uma proposta libertadora, voltada aos jovens e adultos e trabalhadores do DF. As iniciativas continuaram e esse movimento libertador perpassa anos de luta em prol deste modo de educação. Freire propunha uma política de educação aos jovens e adultos, fundamentada em princípios de liberdade. Esta,

conforme a concepção em que se filiava Freire poderia ser aquela que possibilitaria a conscientização das pessoas sobre as estruturas sociais. O papel da educação seria de “transformação de sujeitos alienados de uma herança política de uma sociedade opressora, agrária e oligárquica, transformando-a em consciência crítica” (UNESCO, 2008, p. 23).

De 1989 a 1994, a Lei Orgânica do DF, Artigo 225, que diz sobre a EJA, pontua: “O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho”.

Nesse sentido, a posição-sujeito-aluno no discurso do Estado é o de aluno/trabalhador; isto é, outro dizer estabelece sentidos que migram para outra formação discursiva. Podemos dizer que o Poder Público agora almeja um público alvo para sua meta educacional, o trabalhador. Esse sujeito, aqui representado pelo seu pertencimento de ser um sujeito que trabalha, traz como efeito ideológico elementar o de instituir uma lei.

O efeito ideológico que se produz, neste caso, é o de alfabetizar jovens e adultos trabalhadores no âmbito de uma política pública que almeja o avanço da industrialização, no país. Esta garantirá profissionais qualificados que saibam pelo menos ler para acompanhar ou desenvolver seu trabalho braçal. Nota-se, nessa formulação, outra formação discursiva, o de um trabalhador alfabetizado.

À medida que a educação de jovens e adultos toma consistência na sociedade, sofre outros deslizamentos que a inscreve em um caráter humanizador. O relatório da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que aconteceu em Hamburgo em 1997, diz que a Educação de Jovens e Adultos tem por base o desenvolvimento do ser humano e pode ser considerada uma das chaves do século XXI. Propõe, para tanto, um ensino pautado no desenvolvimento sócio-histórico do aluno em consideração as experiências de vida, ou seja, sua historicidade. Daí, ser oportuno discutir com os alunos algo que lhe é da vida, do seu espaço, a sua ambiência.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça da

igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas (V CONFINTEA, 1997).

A citação acima demanda uma reflexão densa. Como se sabe, a língua não é transparente, tem-se o efeito de evidência que é próprio da ideologia. Isto para dizer que falar sobre a educação no discurso do V CONFINTEA (1997), como “chave” para o século XXI, tem seus efeitos. Isto significa dizer que estudar para os jovens e adultos, requer práticas e questionamentos que vão além de uma estrutura de textos, ou de perguntar o que este texto quer dizer. Assim, falar que a educação de jovens e adultos é chave para o século XXI, implica pensar além das evidências, de um meio a favor de um fim (PÊCHEUX, 1997).

Ao dicionarizar²⁸ a palavra “chave”, encontramos na literalidade a acepção no sentido de “abrir”, “fechar”. No sentido literal pode-se dizer que a educação é a “chave” que se “abre” ou se “fecha” para o desenvolvimento do país. A EJA não é mais aquele ensino da “alfabetização catequética”, muito menos do ensino “de ler, de escrever e de contar”, mas um ensino que tem a “chave”, que implica mudança social na atualidade e remete à ideia de desenvolvimento sustentável. Tem-se um deslocamento da proposição da EJA na sociedade, conforme o mercado capital de uma distinta época. Entretanto, no documento de 1997, entra algo novo que remete aos efeitos do dizer da mundialização: o discurso do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, falar em EJA e estar conectado ao movimento ecológico que o momento exige. Não se pode ignorar, que a EJA está dirigida para uma clientela adulta que é a mão de obra, no mercado de trabalho.

As condições de produção do século XXI, a demanda social/capitalista exige, cada vez mais, a qualificação profissional, para que assim, a posição sujeito/aluno passe a atingir, por meio da educação, um espaço na sociedade atual. A tecnologia demanda leituras especializadas, assim como mãos de obra qualificada. O mercado capitalista suscita profissionais com capacitação para competir no mercado tecnológico. Logo, é

²⁸ Ver em Aurélio (2010, p.159).

entender como a língua funciona nesse processo de formação de jovens e adultos. Depreende-se do texto do V CONFINTEA que o jovem e adulto inscreve-se em outra formação discursiva dada a demanda social. Muda-se a posição-sujeito do aluno da EJA em face às condições sócio-históricas que o interpelam na forma sujeito trabalhador.

Conforme o recorte do V CONFINTEA, o espaço em que estão inseridos os alunos da EJA demanda uma educação “democrática” e “participativa” frente aos acontecimentos sociais. Daí ser pertinente discutir a posição sujeito aluno da EJA frente ao discurso ecológico, que emerge com a mundialização, e que o atravessa enquanto trabalhador. Sobre a posição-sujeito aluno da EJA, em Cáceres, muitos tem no rio o seu espaço de trabalho. Assim, como fica a interpretação sobre o discurso da prorrogação da piracema, o efeito do texto da liminar para os alunos da EJA que tem uma relação de trabalho com o rio.

Entendemos que o foco é a interpretação, as múltiplas leituras para que o sujeito X possa produzir conhecimento diante dessa prerrogativa. Há muitos jovens, como já dissemos, são trabalhadores, pescadores na região de Cáceres-MT. Dito de outro modo, a posição sujeito aluno/EJA no século XXI, ganha uma nova roupagem ideológica, porém com o sentido de incentivar a participação como trabalhador. Se no final da década de 40 e início da década de 50, o ensino de jovens e adultos representava “fábricas de eleitores”, no final do século XX e início do século XXI, exige uma educação que almeja o ensino como requisito de investimento na educação como processo de decodificação da mão de obra qualificada para contemplar o avanço industrial e tecnológico do país.

O sujeito-aluno do século XXI é tomado por um novo *gesto de leitura* que o constitui e identifica com outra formação discursiva. Esse “novo” sujeito/aluno é constituído por um sujeito que é afetado por uma ideologia que modifica e constrói uma nação pelo viés educacional. Nesse sentido, o discurso da educação de jovens e adultos ocupa outro espaço discursivo no discurso governamental: a educação destaca-se como instrumento elementar, para um dizer institucionalizado: não “gerar” uma sociedade alienada e ao mesmo tempo preparada para o trabalho.

Assim, a questão é pensar como os PCNs, na atualidade, corroboram para uma mudança política de produção de conhecimento do/para o estudante categorizado como jovem e adulto.

CAPÍTULO III

ESCOLA E ENSINO: UM DISCURSO NO ÂMBITO DA TRANSVERSALIDADE

Os Planos Curriculares Nacionais/PCNs orientam que a escola deve trabalhar de forma geral assuntos que estejam relacionados à realidade dos alunos. Essa prática tem, a nosso ver, a meta da não evasão. Na Educação de Jovens e Adultos – EJA trabalha-se com assuntos que fazem parte do convívio dos alunos, assim abre-se para trazer temáticas que contribuam no processo de ensino e aprendizagem. Essa abertura de trabalho para a modalidade moveu-nos na escolha do tema sobre a questão do discurso ecológico de prorrogação da piracema em Cáceres-MT.

Dentro do âmbito da transversalidade, estamos tratando um assunto, o ecológico, que tem uma significância política no poder local.

Ao discutir a transversalidade Orlandi pontua que,

[...] quando interrogamos o ensino da língua, a prática da transversalidade mostra-se como um instrumento (cf. P.Henry, 1990) exclusivamente fecundo e mobilizador. O que estou querendo propor é, pois, que a prática transversal seja uma perspectiva para uma boa práxis para o ensino, sobretudo de língua (2012, p.12).

Corroboramos com Orlandi de que a práxis do trabalho com temas transversais constitui um modo de inserção de temáticas diversas na sala de aula. Ou seja, tem-se um instrumento, a transversalidade que tematizam o real em diferentes materialidades e que se torna para o ensino de língua um produto outro a mais.

Como se sabe, os temas transversais disponíveis nos PCNs versam sobre distintos discursos, materialidades simbólicas que não são evidentes. Conforme os PCNs,

os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente **vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano**. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também

de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões (BRASIL, 2001, p.26) (grifos nossos).

A EJA como toda escola aborda na ação didática pedagógica, alternativas de se trabalhar assuntos relevantes que compreendam o sócio-histórico e cultural.

O MEC instituiu como prática pedagógica da EJA uma concomitância entre a prática de ensino e as leituras científicas de diferentes materialidades. A EJA, conforme já citamos anteriormente, é um local, ou seja, um “[...] espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivência” (BRASIL, 2008, p. 01). A modalidade EJA é um lugar que se trabalha questões que “[...] interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída [...]”. E ainda, que tratam temáticas atuais que se relacionam com os conteúdos do ensino da linguagem. Consoante a uma direção que argumenta e contribui para a formação do jovem e do adulto.

Os PCNs determinam as diferentes classes sociais que constituem a sociedade brasileira como: “[...] negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; **jovens, adultos**, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, **pescadores**, agricultores; trabalhadores ou desempregados [...]”. A profissão determina e individualiza o sujeito para que se possa compreender o que seja um pescador, um ribeirinho, empregado, desempregado (PÊCHEUX, 1975). Neste grupo também há micigenação de todas as raças que formam o cidadão do Brasil.

O MEC ao pontuar a descrição sócio-cultural do cidadão brasileiro não pode ser tomado como algo natural. Assim, a tessitura dos PCNs oferece um lugar de interpretação. Isto é, como trazer a multiplicidade de assuntos para a sala de aula?

Como trabalhar as diferentes posições sujeito, forma-sujeito que presentificam à sala de aula? Isto nos fez pensar a pesquisa na sala de aula como uma práxis de ensino de língua. A materialidade é densa, porém pelo efeito ideológico que a constitui naturaliza-se o dizer. Dessa forma, falar em trabalho com temas transversais implica em questionar como um assunto X entrecruza o ambiente do aluno.

3.1 O dizer do ecológico: uma memória discursiva

Conforme Motta (2009), o discurso ecológico na cidade de Cáceres-MT considerada o “Portal do Pantanal” tem uma significância política pela relação da cidade com o rio Paraguai que versa desde sua fundação.

Dessa forma, o fato da piracema em Cáceres-MT ter sido prorrogada em 2009 toma as páginas da mídia e torna-se o acontecimento, na cidade. O Jornal Gazeta/MT noticia que, “o período de piracema será prorrogado por mais 30 dias em Mato Grosso. A decisão é do juiz Federal de Cáceres Raphael Cazelli de Almeida Carvalho e foi assinada na noite de sexta-feira (27)”.

O dizer ecoa múltiplos sentidos e reclama pela tomada de posição de cada cidadão que tem no rio uma relação de subsistência. O pantaneiro, o morador da cidade, o turista, o comerciante, o pescador de diferentes categorias (amador, profissional, científico) estão de certa forma, pego pela formulação. Tem-se pela liminar veiculada nos jornais, na região, a emergência do discurso de preservação do rio e das espécies. Em face à escassez de chuva na região, a liminar é tomada como o lugar em que se estabelece o confronto entre discursos. O importante no pronunciamento que circula pelo jornal é a materialidade do discurso, a língua em funcionamento.

O Jornal é quem dá a voz faz a circulação pela notícia. Não é o Juiz quem está dizendo, mas sendo transcrito o que foi tomado como decisão em uma liminar. Na formulação o uso do verbo ser na terceira pessoa do singular remete ao locutor – o juiz em que se lê “a decisão é do juiz Federal de Cáceres Raphael Cazelli de Almeida Carvalho”. O verbo determina a forma sujeito de direito que assina a liminar. Essa forma de remeter a instância jurídica isenta o jornal desse lugar de fazer circular algo significativo tenso para a sociedade. Não é o jornal quem está dizendo, mas o juiz, a transferência determina a forma-sujeito, o juiz como aquele que tem a legitimidade de poder dizer, de determinar, interditar sentidos na sociedade. Isto é da natureza jurídica.

A decisão de prorrogar para preservar as espécies, instaura um dizer que antecipa o dizer da falta de peixes, ou seja, poderíamos dizer, por exemplo: no pantanal mato-grossense não tem mais peixes como no passado. Pode-se dizer que esse fenômeno natural clama por sentidos, conforme Henry (1993).

O fato de prorrogar a piracema instalam-se nas redes discursivas, sentidos que diz sobre a preservação das espécies de peixes na cidade entrada do pantanal mato-grossense.

Pode-se, então, formular, a partir de um enunciado, novas formações discursivas, formações de famílias parafrásticas, por exemplo: se não prorrogar, haverá falta de peixes para as futuras gerações como também se corre o risco de não conhecer os peixes da Bacia do Paraguai como: barbado, cachara, chumburé, curimbatá, dourado, jaú, jurupesem, jurupoca, pacu, pacupeva, piau, piavusu, pintado, e a piraputanga entre outras espécies.

O rio é o lugar estratégico que se constitui como o proibido. É ele o espaço dessa polêmica que, em silêncio, se constrói como um discurso que ressoa sobre a preservação de suas espécies. Para Orlandi (2007, p.24) o silêncio “[...] situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro [...]”.

O silêncio, conforme Orlandi (Idem, p.24), se significa de formas múltiplas, assim, pode-se dizer que o Juiz Federal ao determinar a prorrogação se significa para o município de Cáceres como também para o mundo. O que emerge nesse dizer judicial é o discurso de preservação ambiental que é de interesse de todos. Remete, assim, ao discurso do Artigo 225 que diz sobre a proteção do ecológico. O silêncio se significa na falta faz emergir sentidos da não preservação das espécies no Pantanal. Como, por exemplo: a escassez das espécies, o estoque pesqueiro do município será prejudicado, ainda, pode -se dizer neste caso, silencia a procriação, silencia um dizer de um rio com fartas pescarias, silencia o Pantanal.

Para Orlandi (2001, p.86), “o discurso é o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica do discurso, a língua”. É pela materialidade específica do discurso que temos acesso a língua entendendo-a como algo não transparente em que o sentido não está à evidência. Ao contrário, o discurso é o lugar de análise de se observar o imbricamento, entrecruzamento entre língua e ideologia como algo que não se separam. Ainda, em Orlandi (2008),

a Análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua

teoria e sua prática de análise. E isto compreende-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso (2008, p.08).

O recorte teórico diz, entre outras palavras, que a Análise de Discurso considera a materialidade discursiva, o confronto e a contradição entre “sua teoria e sua prática”. É interessante pensar o discurso como um lugar de interpretação e de desconstrução dos sentidos. O trabalho da interpretação se dá pela linguagem no dizer dos acontecimentos na sociedade (ORLANDI, 1996, p.16). Pode-se dizer que um dos veículos para essa materialização é a mídia (op. cit.).

Juiz prorroga por 30 dias piracema em Mato Grosso

O período de piracema será prorrogado por mais 30 dias em Mato Grosso. **A decisão é do juiz Federal** de Cáceres Raphael Cazelli de Almeida Carvalho e foi assinada na noite de sexta-feira (27). A determinação causou polêmica entre empresários do setor turístico e pesquisadores. Enquanto os técnicos defendem a liminar como coerente, os comerciantes avaliam como arbitrária e prejudicial ao desenvolvimento do setor. O magistrado justifica que as chuvas foram escassas durante os meses de novembro e janeiro, o que prejudicou a reprodução das espécies. Por este motivo, ele pediu a prorrogação do período de proibição de pesca, com objetivo de garantir a manutenção do estoque pesqueiro. No documento, o Ministério Público Federal (MPF) argumenta que como o rio Paraguai, localizado na região de Cáceres, é interestadual e interligado com outros, o prazo deve ser ampliado para todo Estado. (01 de março de 2009 - 08:56h. A Gazeta).

No título do texto jornalístico, “Juiz **prorroga** por mais 30 dias **piracema** em Mato Grosso” (grifos nossos), temos uma movência de sentidos que se estruturam no tripé, língua, estrutura e acontecimento. A língua como espessura linguística em movimento de sentidos, a estrutura com a junção do materialismo histórico com o linguístico e o acontecimento, pode-se dizer é o encontro da atualidade com uma memória, conforme Pêcheux (2008). Nesse sentido, “[...] o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Idem, 2008, p.17).

Para Pêcheux (2009, p.146), “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma greve etc., [...]”, ou dito, o que é um juiz e o que é uma prorrogação. O sentido da palavra “prorrogar” é “pego” pela *evidência*. A questão da palavra, “prorrogação” reverbera

sentidos em pensar nas confluências que perpassam essa palavra. Remetendo a Pêcheux (op. cit.) “[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo”. Dito de outro modo, “prorrogação” não se significa na sua literalidade do significante, mas se significará nas mais diversas posições ideológicas. Pêcheux (op. cit.) vai dizer que são essas posições ideológicas que “[...] estão no processo sócio-histórico no qual as palavras são reproduzidas”.

No caso do Juiz Federal, por exemplo, a palavra “prorrogação” significa a partir de sua inscrição na história. Ou seja, a palavra se sustenta semanticamente, em referência às formações ideológicas; conforme Pêcheux (op. cit.), a formação ideológica se configura na formação discursiva, isto é, dadas as circunstâncias que se inscrevem e determinam *o que pode e deve ser dito*. Dito, por exemplo, nas palavras do Juiz Federal, no ato de prorrogar. Segundo Pêcheux (op. cit.) é “[...] pelas formações discursivas que apresentam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Segundo Orlandi (2012, p.153-154), o processo de individualização do sujeito pelo jurídico acontece por meio do assujeitamento, em que ao assujeitar-se o indivíduo é interpelado em sujeito o que corresponde à constituição do sujeito. Haroche (1988, p.37-42) diz que somos sujeito “de” aos moldes capitalistas, isto é, sujeito de direito e também de deveres. Haroche (op. cit.) vai dizer, ainda, que o sujeito capitalista é totalmente livre e ao mesmo tempo responsável. Para Orlandi (2012), o sujeito capitalista, isto é, o sujeito assujeitado/individualizado difere-se do sujeito do século da Era Medieval em que o sujeito era o centro, ao contrário do sujeito capitalista que é individuado pelo Estado pelas instituições, dito, a liminar de prorrogação da piracema.

Para Haroche (1992), a submissão do sujeito é entendida, a partir, do conceito etimológico que diz:

A etimologia nos ensina que o sentido primeiro de “sujeito” (surgido no século XII) significa: “ submetido à autoridade soberana”. “Sujeição” aparece igualmente na mesma época; no século XV, são derivadas as palavras “assujeitar” e depois “assujeitamento”. Bloch e Wartburg, nos revelam também que o termo “ sujeito”, significando no início “que é subordinado”, toma, a partir do século XVI, o sentido de “matéria, causa, motivo” e, enfim, de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões” ... (1992, p.158).

Como pode ser observado pelos estudos de Haroche, pensar o sujeito, o assujeitamento não é algo novo, faz parte de um percurso que remete aos séculos XII,

XV e XVI. A cada época faz emergir o sentido de sujeito de que se está falando. Não pensamos aqui, no sujeito empírico, mas como a posição sujeito no discurso.

Entender como o sujeito submisso ao religioso em determinada época toma outra corporeidade pelo jurídico tem a ver com o Estado. Haroche (op. cit.) diz que, o “sujeito não é livre”, “ele é falado”, isto é, dependente, dominado.” Nesse sentido, fala-se de um sujeito dominado pela ação do Estado que é submetido a cumprir determinações oficializadas o sujeito de direito.

Nessa direção, de pensar o sujeito determinado pelas Leis, tomamos o texto do aluno como um lugar, da “[...] inscrição dos sujeitos no processo histórico discursivo o faz significar-se na relação com a memória do objeto simbólico que o constitui” (DI RENZO, 2012, p.135).

3.2 A posição-sujeito aluno/EJA no discurso

A posição geográfica do rio Paraguai, na cidade de Cáceres-MT gesta no espaço urbano o discurso de proteção ecológico ao rio e às espécimes de pescado. Para a nossa pesquisa o espaço do rio torna-se o lugar de análise, de sentidos.

A cidade portuária, adjetivada com o epíteto “Princesinha do Paraguai” traz à tona a figura do pescador, do empresário do ramo turístico, a imprensa, especialistas em questões ecológicas e o Estado. A cidade e o rio se cruzam em distintos dizeres o que nos permitem dizer que, o rio se significa na constituição geopolítica, da região no Estado de Mato Grosso, principalmente para a relação constitutiva da cidade de Cáceres. Na região o discurso ecológico funciona como um discurso que se materializa pelo simbólico, a partir da espacialização entre os efeitos de sentido entre o sujeito, o Estado e a cidade.

É interessante ressaltar, que este trabalho começa a ser pensado a partir da minha prática docente, pois desenvolvo a minha docência com alunos da modalidade EJA que tem uma especificidade de ser um ensino voltado para jovens e adultos. E a nossa materialidade de análise, os textos escritos, surge de um trabalho desenvolvido no trimestre em que a temática era trabalhar o texto, artigo de opinião. Dada às condições de produção da sala de aula os alunos estariam escolhendo uma temática para iniciar os trabalhos de leitura e de pesquisa sobre a questão eleita. É, justamente, nesse período

“explode” a prorrogação da piracema no município de Cáceres-MT. O que nos possibilitou trazer o assunto que veiculava nos jornais sobre a questão da prorrogação. Outra questão que queremos salientar sobre a EJA ser uma modalidade de ensino que por meio das Orientações Curriculares nos possibilitam trazer para a sala de aula assuntos que estejam em consonância com as realidades dos alunos.

O fato de um determinado discurso produzir diferentes questionamentos foi para nós uma entrada possível de se trabalhar em sala de aula. Nessa direção, foi encaminhada uma proposta de leitura considerando os temas transversais sobre a questão do ambiente. Para a produção dos textos foram entregues textos jornalísticos e jurídicos com o objetivo de produzir leitura, discussões sobre o tema e a produção de texto. Dessa forma veremos, a partir dos textos produzidos pelos alunos/EJA, que efeitos o discurso ecológico de prorrogação da piracema produz na posição-sujeito aluno.

(Texto nº 01)

Pensando nos benefícios da natureza **eu escolhi** este fascinante lugar para me estabelecer. Resolvi então investir no ramo de **turismo pesqueiro e ecológico**; para então poder receber bem **meus amigos e clientes** para dividir com eles todas as maravilhas deste universo de águas, peixes, pássaros e animais. Sempre tive **na minha consciência** de que o turismo pesqueiro só poderia ser feito entre os meses de março até o final de outubro, pois entre os meses de novembro até o final de fevereiro é o período da piracema quando os peixes sobem rios para as suas reproduções.

(Texto nº 02)

Primeiramente, não sou ambientalista nem sou juiz de nenhuma câmara, **mas sou** moradora de Cáceres e meu marido depende da pesca através do **turismo ecológico**, respeitando o rio Paraguai de onde tira o sustento de nossa família. [...] Isso é um absurdo! O ministério público federal delimitou a pescaria somente no município. E por que só em Cáceres? Porque não em Mato Grosso do Sul (Corumbá) não teve a prorrogação da piracema. São tantas perguntas, mas não temos respostas significativas (grifos nossos).

(Texto nº 03)

Eu pescador amador, eu fui a favor da prorrogação da pesca **porque tem pescador que está pegando peixe sem limite, eu sou** a favor de fechar a pesca, porque **sou** pescador amador, **eu gosto** de pescar muito **no nosso rio. O pantanal é tão rico de água e de peixes. Eu gostaria** que o povo de Cáceres tivesse mais um pouco de consciência [...] Senão **o nosso rio Paraguai vai acabar [...]**” (grifos nossos).

(Texto nº 04)

Nós pescadores e pais de família nos revoltamos e nos unimos para fazer uma manifestação na BR junto com as lideranças locais. Para exigir que o juiz voltasse atrás e liberasse a pesca. Porque **somos pai de família e precisamos tirar nosso sustento do rio. A nossa cidade também depende do turismo para gerar emprego e o comércio também fica prejudicado. O rio Paraguai é a nossa vida [...]**.

(Texto nº 05)

Com indignação trabalhadores do turismo e os pescadores ficaram sabendo no dia 28 de fevereiro de 2009 que o juiz Raphael Cazelli Carvalho, assinou uma liminar que prorrogou a piracema por mais trinta dias [...]. Mas, porque prorrogou a piracema apenas no município de Cáceres? Talvez devido a grande concentração espécies de peixes e a garantia da reprodução dos peixes. Mas este assunto foi polêmico porque os pescadores na piracema recebem seguro desemprego durante os meses da piracema e não previsto a continuidade desse pagamento aos pescadores. No meu modo de pensar deve sim **ser estendida a piracema** até que os peixes estejam prontos. Assim não acabariam as espécies e **o governo deveria pagar o seguro desemprego por mais um mês para os pescadores que dependem da pesca para que assim possam sustentar suas famílias.**

(Texto nº 06)

O estudo de alguns **biólogos mostrou que a reprodução dos peixes já foi concluída, mas outros dizem que não foi.** O que faltou foi mostrar à população a verdadeira necessidade dessa prorrogação. Todos querem proteger o rio Paraguai e seus peixes, mas a autoridades precisam garantir isso de forma coerente e com conscientização. Os **pescadores não podem ficar parados sem garantir o sustento das suas famílias.** Além do que, nada adiantaria a proibição somente nos limites de Cáceres, pois nos municípios vizinhos a pesca está liberada. Essa polêmica só serviu para aumentar o preço dos peixes de açude [...].

Nos recortes, nº 01, 02 e 03, pode-se observar a forma como o sujeito se inscreve na formulação do uso do pronome pessoal e na conjugação verbal - 1ª pessoa do singular “eu escolhi”; “ [...]”; não sou ambientalista, nem juiz de nenhuma câmara, mas sou moradora [...]”; “Eu pescador amador, eu fui a favor da prorrogação [...]”. As marcas no discurso dizem do lugar de quem formula o enunciado na sua relação com a pesca. Assim, ao se referir ao rio Paraguai necessariamente entra na formulação a expressão “ecológica”. “Resolvi investir no turismo ecológico pesqueiro, meu marido depende do turismo ecológico”. O sujeito é flagrado na formulação a ter que tomar o dizer que circula na mídia para poder dizer da sua relação com o ambiente de uma categoria do ecológico. O funcionamento discursivo do texto nos remete às condições

de produção já estabelecidas na sua concepção de texto. Para Orlandi (2000, p.22), “o texto é um objeto *linguístico-histórico*”, em outras palavras, o texto é um corpo discursivo que se constitui a partir da sua historicidade com as quais se define. Segundo a autora (op. cit.), um texto,

[...] visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada-embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira- pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer) (ORLANDI, 2000, p.22).

A citação em Orlandi aponta para o trabalho de análise a partir do funcionamento da linguagem pelo viés da não literalidade. Isto é, pensar o texto como uma unidade semântico-discursiva em que se constitui a partir das condições de produção. As condições de produção apontam para duas questões, conforme Orlandi (2006, p.15), em que se compreende o texto em duas distintas condições: o sentido estrito e o sentido lato. Pode-se dizer que procuramos trabalhar a partir do sentido lato porque, aqui, é que mobilizamos a dimensão significativa do recorte em análise com as questões sócio-históricas e ideológicas que a leitura do texto proporciona.

No texto nº 01 diz: “**eu escolhi** este lugar fascinante para me estabelecer”. Temos um discurso de pertencimento marcado pelo pronome pessoal “eu” que se constitui como sujeito de direitos. Quando o aluno diz “eu escolhi” remetemos a Pêcheux (2009, p.145) sobre a forma-sujeito sob o efeito da *evidência* de que “[...] eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções, meus compromissos) acontece uma formulação de pertencimento discursivo do sujeito que enuncia. E, ainda para Pêcheux (op. cit.) “[...] há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio”: “aquele que... [...] sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas”.

Na formulação do aluno nº 01, o verbo “escolher” produz o livre arbítrio de um sujeito em suas escolhas pessoais que pela ação do verbo que instaura o autocomando determinado pelo Estado. Pode-se dizer que ao enunciar o aluno nº 01 se inscreve na formação discursiva da lei jurídica, o que para Pêcheux (op. cit.) “[...] produz o sujeito

sob a forma do sujeito de direito”. Para o autor, o sujeito é interpelado e constituído sob o efeito de *evidência*. Ao parafrasear Pêcheux (2000) temos o aluno nº 01: “eu sou um empresário do ramo turístico, preservar a natureza, porque sou consciente e sei que ela necessita de respeito e de cuidados”. Temos neste dizer a projeção imaginária do sujeito de direito e deveres, o sujeito capitalista, conforme (Haroche, 1992), o sujeito da Lei; eu sou, eu posso trabalhar, eu posso desfrutar da natureza para satisfazer a minha vontade como também, obter lucros, a partir do lugar que “eu escolhi” para estabelecer com a minha família”. A representação do sujeito no discurso consiste naquilo que diz Pêcheux (2010, p.146): “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, uma fábrica, uma greve etc, [...]”. Assim como, um aluno/empresário, um aluno/mecânico, um aluno/pescador, por exemplo, ao dizer ele também se reconhece em uma função X.

Quando o aluno nº 01 diz, “resolvi então investir no ramo turístico e ecológico; para então poder receber bem **meus amigos e clientes** para dividir com eles todas as maravilhas deste universo de águas, peixes, pássaros e animais”. As formações discursivas evocam sentidos sobre a posição-sujeito-empresário do ramo turístico, o sentido do rio na sua formulação, “investir no ramo de turismo pesqueiro”; “meus amigos e clientes”. Há duas posições que dizem sobre o “trabalho” e sobre o “lazer” em que assumem posições distintas. No dizer do aluno-empresário temos a presentificação de formações imaginárias que se constituem na projeção de posição social do discurso. Nesse caso, pode-se dizer que não é o aluno nº 01 é quem está falando, mas a imagem que a sociedade faz desse sujeito, o sujeito/aluno/empresário, por exemplo, ou ainda, a imagem que a sociedade faz da pessoa que se relaciona bem com os amigos. O pronome possessivo “meu” faz emergir no discurso do aluno/empresário o sentido de posse de uma posição sujeito que se constitui através das formações imaginárias.

O jogo discursivo no dizer do aluno nº 01, conforme Orlandi (2000, p.15), implica as formações imaginárias que “presidem todo o discurso”. No dizer o “na minha consciência”, o aluno-empresário inscreve-se no discurso global como aquele que tem preceitos sobre o certo e o errado e que se sente na posição sujeito do ecologicamente correto em um dizer de poder e domínio sobre o que faz.

Pode-se, então, arriscar uma paráfrase em relação ao dizer da preservação. Se é um sujeito-consciente, os rios de Mato Grosso terão peixes em abundância; se respeitar

os meses estabelecidos pela determinação da SEMA tem-se um sujeito apto pelo discurso da preservação instituída pelo Estado.

Observa-se no discurso da preservação das espécimes a instauração de um já dito, ou seja, o período de prorrogação trata-se de um fato que vem “ritualizado” pelo dizer do Estado. Projeta-se, assim, uma ruptura semântica na memória do poder local em face aos costumes de pesca no rio Paraguai.

No recorte nº 02 a posição sujeito se coloca como moradora de Cáceres e esposa. Há duas categorias importantes na formulação discursiva - “**Primeiramente**, não sou ambientalista nem juiz de nenhuma câmara, **mas sou** moradora de Cáceres e meu marido depende da pesca através do turismo ecológico, [...]”. O advérbio “**primeiramente**” demarca o modo de dizer do entrevistado e depois a expressão adversativa “**mas**” acrescenta sentidos outros na construção do discurso. Isto é, filiam-se a outra formação discursiva. A exemplo: “o meu marido respeita o rio Paraguai, porque é de **lá** que ele garante o sustento da nossa família”, em paráfrase, temos: como o meu marido respeita o rio Paraguai em nossa casa não faltará alimento: O rio Paraguai ao ser respeitado nossa família não ficará com dificuldades financeiras, ou ainda, rio Paraguai preservado/protegido, família feliz. Uma circularidade de dizeres que se referem ao rio como o espaço a ser preservado.

O rio também é representado por meio do advérbio de lugar “**lá**” que indica o local que o aluno/empresário assegura o sustento da família. Temos no discurso uma posição-sujeito que se manifesta com indignação. “Isso é um absurdo! E porque só em Cáceres? Porque não em Mato Grosso do Sul (Corumbá) não teve prorrogação? É um dizer que se marca na posição de esposa, na posição de aluna que entende o período da piracema. Os questionamentos levantados da aluna nº 02 faz emergir uma memória discursiva que diz de outro lugar, isto é, o período da piracema que acontece todos os anos nos meses de novembro a fevereiro tanto em Mato Grosso e no Estado de Mato do Sul.

A forma de remeter o setor pesqueiro a certas condições em duas regiões consideradas imersas no Pantanal faz emergir uma memória discursiva que sustenta as regiões da biodiversidade: a fauna e flora. Aqui, remetemos ao interdiscurso que conforme Orlandi (2010, p.64) “[...] é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”.

Filiados nesse dizer da não transparência que entendemos que as palavras mudam de sentidos e são reproduzidas conforme a posição-sujeito que observamos no recorte linguístico, o simbólico fazendo sentido no dizer do ecológico.

Dessa forma, dizer sobre os dois Estados tem um implicativo no gesto de interpretação do lugar da representatividade política e econômica das regiões (MT e MS). Observa-se que a cada dizer o sujeito é interpelado ao trazer elementos na discursividade que joga com o possível interlocutor no sentido de fazer mostrar que, o que foi instituído enquanto regularidade jurídica em Cáceres, no setor pesqueiro, tem a ver com problemas interestaduais.

Assim, em cada dizer há uma projeção imaginária sobre o espaço do rio. No recorte (nº 03), ao pronunciar, se identificar como pescador amador remete a uma categoria circunscrita na Lei nº 6.672, que foi sancionada e publicada em 20 de outubro de 1995, que estabelece a nova Lei da Pesca no Estado de Mato Grosso. O pescador amador é uma categoria instituída como aquele que pesca não para a subsistência, no sentido de comercializar o produto, mas como um *hobby*, desportivo, consumo próprio, o que o distingue do pescador profissional. Nessa linha de raciocínio o fato do Estado instituir a Lei de Pesca e suas categorias torna-se um passo, a nosso ver, significativo no sentido de distinguir as categorias e regulamentar a quantidade de quilos de pescado a cada categoria. Essa forma determinante entre sujeito x rio institui sentidos que concerne à interdição, coibir a pesca predatória nos rios do Estado. De outro lado, entendemos que a Lei por si não dá conta pela coerção, é preciso mais do que isso, das condições políticas e sociais que possibilitem as categorias discutir, compreender o que significa não poder pescar uma quantia x ou z, ou ainda, em tempo de piracema. Então, na relação entre sujeito e ambiente entra o papel do Estado, da educação. A formação educacional constitui ainda e certamente a forma política capaz de subdividir as categorias, na sociedade.

Assim, no recorte (nº 03) o uso do pronome pessoal “eu”, possibilita compreender a representação social dessa posição sujeito: “eu pescador amador”. Um discurso de pertencimento do pronome. Em “eu **fui** a favor da prorrogação”, marca a posição no discurso como sujeito de direito e deveres que conhece as leis de preservação. Quando diz: “[...] tem pescador que está pegando peixe sem limite”, ao enunciar o sujeito é flagrado em sentidos da regularidade da Lei. Há uma voz que

enuncia em outro lugar, que institucionaliza as regras para os pescados no Pantanal, o Estado com as instituições: a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SEMA e o Conselho Estadual de Meio Ambiente/CONSEMA.

Ao dizer sobre o rio, o aluno se desloca no discurso empírico e marca sua inscrição como lugar de realização pessoal, um sentimento de **prazer** por meio dos elementos linguísticos: “eu gosto de pescar no nosso rio”. Na formulação verbal “gostar”, e do advérbio de intensidade “muito”, observa-se no dizer do pescador um discurso de posse, de pertencimento ao rio que se significa pelo pronome possessivo “nosso”. Ou seja, o rio não é meu, mas nosso, de todos. Ao dizer sobre o Pantanal, e da sua riqueza: “O pantanal é tão rico de água e de peixes”, “[...] ao povo de Cáceres [...]” a preservação do rio. **Eu gostaria** que o povo de Cáceres tivesse **mais** um pouco de consciência [...] Senão **o nosso rio Paraguai vai acabar** [...].

No discurso em análise, observa-se diferentes formações discursivas em relação a preservação do rio, ao pertencimento a cidade como: a relação de prazer, de pertencimento e de alerta, que se inscreve no discurso de preservação do rio.

A forma coletiva “o povo de Cáceres” faz emergir sentidos que todas as pessoas que moram na cidade “tivesse mais um pouco de consciência”. Qual a densidade semântica da palavra consciência? Essa formulação designa uma unidade discursiva no que diz sobre a preservação, o que contrapõe a teoria discursiva que entende o discurso como unidade significante e que os sentidos sempre podem ser outros. Nesse sentido, a formulação “Eu gostaria que o **povo** de Cáceres tivesse **mais consciência** [...]” reverbera no jogo com a linguagem, sentidos filiados a formações discursivas que são atravessadas pela ideologia determinadas por Leis que regem direitos e deveres a “todos”. Temos, assim, palavras que marcam sentidos de coerção numa sociedade determinada por direitos e deveres. Uma memória discursiva que funciona na produção dos discursos dos sujeitos, de modo a associá-los a falta de consciência. Pêcheux (2010, p.64) diz que a memória é como: “[...] um saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”.

Assim, na formulação “[...] o povo de Cáceres tivesse mais consciência [...]”, os sentidos do advérbio **mais** se deslocam para dizeres de negação como “o povo de Cáceres não estão cumprindo os seus deveres quanto à preservação do rio e das suas

espécimes”. Pode-se dizer, o sentido do termo **consciência** se significa na contradição da não preservação ambiental, ou seja, a palavra **consciência** na sua acepção linguística se significa: em 01 - Atributo pelo qual o homem pode conhecer e julgar sua própria realidade. Em 02, Faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados. As acepções 01 e 02 nos asseguram o dizer da contradição tanto quanto a formulação no texto nº 03, assim, o advérbio **mais** de intensidade designa a falta de consciência sobre a questão da preservação. A densidade semântica que a palavra se constitui dá direito de estabelecer confrontos a partir da falta constitutiva da não preservação.

No texto nº 03, o aluno se apresenta como pescador amador. Essa posição-sujeito emerge sentidos de um discurso “já pré-estabelecido” um discurso dito em outro lugar em outra circunstância discursiva. Para Orlandi (2000, p. 21), o fato desse acontecimento se dá por meio da memória discursiva que é trabalhada pela noção do interdiscurso. Esse fato discursivo é teorizado segundo Orlandi (op.cit) como saber discursivo, isto é, “[...] o já dito que constitui todo o dizer”.

Art. 3º Ficam permitidas, no Estado de Mato Grosso, as seguintes categorias de pesca:

- I - científica;
- II - amadora;
- III - profissional artesanal.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se:

- I - pesca científica, a exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições públicas ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim;
- II - pesca amadora, a que se pratica artesanalmente, com fins desportivos e/ou de subsistência, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;
- III - pesca profissional artesanal, a praticada por pescador profissional, com residência comprovada no Estado de Mato Grosso, cadastrado pela FEMA, que exerce a atividade da pesca como seu único meio de vida, não compreendendo serviços de terceiros.

O discurso do aluno (nº 03) se configura no dizer da lei em que nomeia a categoria de pescador amador. É nesse lugar institucional que o Estado legitima a posição de poder. Emerge, desse modo, o interdiscurso que preside esse dizer de que “eu sou pescador amador” o que se sustenta no “já dito” da Lei nº 6.672 por meio do Art. 3º no Inciso II a categoria de pescador amador. Configura-se o lugar de institucionalização do Estado em que atribui categorias na modalidade do sujeito-

pescador, seja ela profissional, amadora, científica, tem uma regularidade jurídica que impõe o poder e determina sob o comando do Estado a preservação da procriação dos peixes dos rios de Mato Grosso.

A Lei representa a institucionalização do discurso do Estado que normatiza no social o direito e dever dos pescadores dentre suas categorias (MOTTA, 2003). Como se sabe, o sujeito moderno é a forma-sujeito capitalista que é compreendido como sujeito jurídico com seus direitos e deveres. Como enfatiza Lagazzi (1988, p.40), “[...] o Estado, enquanto a mais poderosa organização das estruturas sociais contemporâneas regula, através de seu aparato legal, o poder que possa vir a ser exercido por e outras instituições”. Isto é, a relação política, entre os homens e Estado se faz por intermédio das Leis que são constituídas pelo Estado como materialidades simbólicas que demanda na sociedade a constituição de direitos e deveres.

Na materialidade simbólica da Lei, há uma movência discursiva que se configura na construção de sentidos sobre o espaço do rio, sobre a posição-sujeito do aluno-pescador, que se constitui num movimento sobre a preservação do rio, neste caso, as Leis que regulamentam a pesca no Estado. Há uma materialização do discurso de preservação das espécimes por meio da Lei. Pode-se analisar, então, a não obediência às medidas dos peixes, a não obediência ao período da piracema se materializam na liminar de prorrogação.

A forma-sujeito aluno configura-se em diferentes posições-sujeito: pescador e pai de família no discurso de prorrogação da piracema. “Nós pescadores e pais de família [...]”. E, ainda, diz: “porque **somos pai de família e precisamos tirar nosso sustento do rio. A nossa cidade também depende do turismo para gerar emprego e o comércio também fica prejudicado. O rio Paraguai é a nossa vida [...]**”.

O aluno (nº 04) diz a partir do lugar de pai e de pescador. Pode-se dizer que as condições de produção possibilitam as formações imaginárias que o aluno (nº 04) projeta a partir da relação discursiva de antecipação da memória do que significa ser pai na sociedade, assim como, se significa ser pescador.

Observa-se no discurso do aluno uma projeção imaginária em relação a cidade, ele se coloca no discurso do comerciante do ramo turístico e do trabalhador. Conforme Orlandi (2001, p.41), “o imaginário faz necessariamente parte do

funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história [...]”.

Nessa direção, na formulação “O rio Paraguai é a nossa vida” reverbera sentidos que reporta a memória discursiva do rio no contexto histórico e político do poder local. A materialidade em análise nos permite dizer, segundo Orlandi (2001, p.42), “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. Isto é, para Orlandi (op. cit.) “as formações discursivas se define como aquilo que num formação ideológica dada [...] - determina o que pode e deve ser dito”.

O discurso de pertencimento, de posse, retoma a posição-sujeito que se movimenta na relação com o rio, à vivência como lugar de memória, as demarcações de terras etc. Os rios foram lugares que estabeleciam o discurso de lugar de fronteiras, de limites geográficos, de um domínio de um País para outro. Esse movimento discursivo faz deste jogo a mobilização da memória discursiva entre o passado e o presente, ou seja, a atualidade que se presentifica com a prorrogação da pesca no discurso.

No recorte (nº 05) há uma alternância de dizeres no discurso do aluno que ora se posiciona a favor da prorrogação, ora se posiciona contra. Como: “**Mas**, porque prorrogou a piracema apenas no município de Cáceres? Mas este assunto foi polêmico porque os pescadores na piracema recebem seguro desemprego durante os meses da piracema e não previsto a continuidade desse pagamento aos pescadores. "No meu modo de pensar deve sim ser estendida a piracema [...]”. Ao enunciar o aluno diz sobre o ecológico, sobre a questão do seguro desemprego do pescador profissional. Então, pode-se dizer que ao tomar a posição sujeito outros discursos se instalam no dizer. Como a exemplo: “[...] sou a favor da prorrogação, mas é necessário o Estado garantir o seguro desemprego”. O operador argumentativo **mas** mobiliza sentidos de oposição, isto é, de restrição em relação a prorrogação da piracema, logo o Estado precisa garantir o seguro desemprego dos pescadores.

O aluno diz: “[...] no meu modo de pensar deve sim ser estendida a piracema até que os peixes estejam prontos”. O conectivo “até” configura o “tempo”, isto é, até o período necessário para a desova. Observa-se uma fronteira discursiva que determine quando “peixes estão prontos”. Temos, nesse sentido, discursos que se movem e que fluem sobre a prorrogação da pesca. Pode-se dizer, há um real que se instala na movência dos sentidos e que se configuram nos discursos.

No recorte (nº 06) o aluno se marca no dizer da ciência, isto é, do biólogo: “O estudo de alguns biólogos mostrou que a reprodução dos peixes já foi concluída, mas outros dizem que não foi”, Observa-se que o uso do conectivo “mas” na formulação produz uma contradição ao remeter à ciência como sendo esta a autorizar o discurso do jurídico em relação à prorrogação da piracema. O uso do pronome “outro” reporta a uma memória discursiva de outro lugar, um já dito, que o aluno nº 6 faz emergir no seu dizer. Indursky (1997, p. 111) no seu livro “A fala dos quartéis e as outras vozes” faz uma análise da constituição do sujeito e do outro. Nessa direção, observamos que o pronome “outro” no dizer do aluno nº6 faz uma representação “consensual” no dizer dos especialistas que discutem a prorrogação pelo viés da contradição, isto é, a reprodução dos peixes, ainda não foi concluída.

Dessa forma, a posição sujeito aluno fala pela ciência, a partir do que se lê da entrevista de alguns biólogos para o jornal. Assim, não é o biólogo quem está dizendo, mas trata-se de um atravessamento discursivo de outra ordem que não é a ciência, mas um *gesto de interpretação* sobre o que diz o jornal sobre a visão de alguns biólogos. Há uma falta que determina o dizer: Nesse caso, o enunciador diz pela voz da ciência, do biólogo dá visibilidade à contradição pelo funcionamento da linguagem.

A preocupação sobre o seguro desemprego dos pescadores profissionais é algo que aflora “[...] os pescadores não podem ficar parados sem garantir o sustento de suas famílias”. Neste discurso, retoma a voz do pescador ribeirinho, que tem como “ferramenta” de trabalho a pesca para o familiar. O recorte (nº 06) diz, “[...] além do que, nada adiantaria a proibição somente nos limites de Cáceres, pois nos municípios vizinhos a pesca está liberada.”, o discurso aponta para os limites geográficos municipais, como se o rio pelas fronteiras geográficas pudesse interditar por si, ou melhor, fazer emergir de certa forma, uma “porteira” imaginária que pudesse, assim instituir a normalidade das espécimes. Entretanto, os limites são geográficos, mas os limites do discurso de preservação é um discurso mundial que ultrapassa o que se projeta no discurso ecológico local.

Observa-se, então, que o discurso de preservação se configura para todos sem distinção como algo não somente municipal, mas mundial, visto que conservar a natureza é de interesse de todos os povos. Ferreira (2001) salienta que, a preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta.

A posição sujeito aluno/ EJA no discurso.

(Texto nº 07)

Em minha opinião é preciso ter o parecer de diferentes órgãos que trabalham com questões ambientais para ter uma decisão como a do juiz. **A liminar atingiu a muitos pescadores, comerciantes e turistas.**

(Texto nº 08)

Em Cáceres, cidade onde eu moro com minha família, **o povo ficou abalado com a prorrogação da piracema por mais trinta dias. Eu** sou estudante quero me formar para ajudar as pessoas que necessitam da pesca e da preservação do rio Paraguai. A pesca é importante para muitas pessoas que vivem e dependem dela para viver.

(Texto nº 09)

Em minha opinião **quem sofreu os prejuízos com a prorrogação da pesca foram os pescadores e pessoas ligadas direta ou indiretamente com o turismo. Os pescadores** dependem da pesca para sobreviver já que em Cáceres não tem indústria que lhes dê outras possibilidades de trabalho. A nossa princesinha do Paraguai perde muito, porque muitos turistas jamais vão voltar para pescar imagine a situação dos trabalhadores que dependem da pesca e do rio que não tem como sobreviver a não ser da pesca.

(Texto nº 10)

Como sabemos, a piracema é importante para a preservação e multiplicação dos peixes em nosso rio, assim como sabemos que a população depende do rio e outros setores da sociedade, como pescadores são menos favorecidos socialmente. **Diante da decisão do juiz a população que aguardava ansiosa pela abertura da pesca sentiu-se desrespeitada em seus direitos. Inclusive as programações no setor turístico já haviam sido organizadas não foi levado em conta pelo Juiz.**

(Texto nº 11)

O Juiz Federal decretou da noite para o dia a prorrogação da piracema. Essa atitude provocou um certo desespero nas pessoas envolvidas com essa atividade profissional e turistas.

(Texto nº 12)

Em minha opinião as autoridades ambientalistas têm lá suas razões na dúvida se ouve ou não a desova dos peixes, visando garantir a sobrevivência dos peixes, é preciso medidas drásticas para que garantem aos pescadores a sua profissão, mas conscientização de que tanto os ribeirinhos, quanto as diferentes pessoas possam no futuro continuar a retirar os benefícios advindo do rio Paraguai.

(Texto nº 13)

Os pescadores não podiam ficar parados sem garantir o sustento das suas famílias. Além do que, **nada adiantaria a proibição somente**

nos limites da Cáceres, pois nos municípios vizinhos a pesca está liberada.

(Texto nº 14)

Concordo com a liminar porque é preciso preservar a natureza a qualquer custo. E os pescadores que dependem do rio deveriam apoiar o Juiz. Ainda mais que sem peixe não há profissionais da pesca [...].

(Texto nº 15)

Eu não concordo com essa prorrogação da piracema de última hora, antes da abertura. É preciso penar nos comerciantes, nos pescadores e turistas que fizeram um investimento. Isto é abuso de poder.

Passamos as análises em que recortamos fragmentos dos textos nº 07 ao nº 15.

07 – “A liminar atingiu a muitos pescadores, comerciantes e turistas”. 08 – “[...]o povo ficou abalado com a prorrogação da piracema por mais trinta dias”. 09 – “[...] quem sofreu os prejuízos com a prorrogação da pesca foram os pescadores e pessoas ligadas direta ou indiretamente com o turismo”. 10 - “Diante da decisão do juiz a população que aguardava ansiosa pela abertura da pesca sentiu-se desrespeitada em seus direitos. Inclusive as programações no setor turístico já haviam sido organizadas não foi levado em conta pelo Juiz”. 11 – “O Juiz Federal decretou da noite para o dia a prorrogação da piracema [...]”; 13 – “[...] nada adiantaria a proibição somente nos limites da Cáceres, pois nos municípios vizinhos a pesca está liberada”. 14 – “Concordo com a liminar porque é preciso preservar a natureza a qualquer custo”. 15 – “Eu não concordo com essa prorrogação da piracema de última hora, antes da abertura”.

Nos recortes acima dos textos (07 a 15), observa-se que a cada dizer o sujeito-de-direito se coloca na formulação. O que está em questão em cada dizer é a posição do Estado do discurso jurídico em relação a liminar instituída para o setor pesqueiro na cidade de Cáceres-MT. Isso acarreta de imediato distintos deslocamentos. Há quem se posiciona contra a posição do jurídico, voltando para a sua posição de pescador, há outro que joga com a questão do turismo para a região como aquela que produz emprego. Há ainda o outro que concorda com a liminar que determina a continuidade do período da piracema. Podemos pensar, então, na plasticidade da língua, observar os sentidos possíveis que estão em jogo em distintas posições-sujeitos.

Como se sabe, na teoria da Análise de Discurso, o sujeito é posição, ele ocupa no discurso a projeção da sua situação que ocupa na sociedade para se significar na

materialidade do discurso. Dessa forma, não cabe pensar, aqui, no sujeito empírico, mas como o discurso da piracema, a prorrogação instituída pela liminar nº 2009.36.01.000787-9, toma corporeidade na formulação dos distintos alunos da EJA que participaram desta pesquisa. Pela linguagem é possível observar como o sujeito e o sentido se constitui na história pela articulação da língua (ORLANDI, 2001).

De fato, a temática do discurso ecológico tornou-se nos últimos tempos abrangência internacional. Todavia a língua que sustenta todo e qualquer discurso não é transparente, daí que mobilizam outras leituras, posições políticas e ideológicas.

Para Motta (2003), ao tratar do discurso ecológico sobre a pesca em Mato Grosso, pontua-se que, “pensar a posição-sujeito pescador implica reconhecer não só a carga semântica que institui esse discurso no social, como discutir novas perspectivas de posição para o pescador ribeirinho [...]” (p.95).

Entendemos, assim, que o dizer de prorrogação da piracema no município de Cáceres- MT no ano de 2009, no trabalho com os textos dos alunos-EJA abriu para *gestos de interpretação* no estudo da linguagem, a partir da relação língua/ensino nos proporcionou pensar/analisar a não transparência da língua.

Nas análises compreendemos que a língua tem seu movimento no/pelo discurso, o aluno ao tomar sua posição quanto a liminar de prorrogação da piracema, coloca no seu dizer a sua projeção imaginária do lugar que ele ocupa na sociedade. Isto é, o que Pêcheux (2010) teoriza como forma-sujeito.

Ao contrário, do sistema de signos de Saussure (1995) que pensa a língua fechada na sua estrutura linguística, aqui, em nossas análises, entendemos a língua não somente como estrutura, mas como materialidade significante, em que, o texto não é uma *superfície plana*, mas lugar de inúmeros sentidos, dada a posição que cada sujeito se constitui no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, compreendemos, à interpretação como algo inerente à linguagem ao sujeito e que permite discutir o confronto, que um distinto dizer mobiliza, observando as diferentes posições-sujeito que esse confronto discursivo produz no fio do dizer.

O discurso ecológico instituído pela liminar de prorrogar a piracema, por mais trinta dias, nos limites do município de Cáceres-MT, desestabiliza redes discursivas de uma memória que tem a ver com a pesca nos rios da Bacia hidrográfica do Prata, especificamente, no rio Paraguai e nos seus afluentes como Cabaçal, Jauru, Seputuba, Padre Inácio e Formoso, têm uma significação constitutiva no âmbito pesqueiro do Estado.

O acontecimento discursivo veiculado nos jornais de prorrogar por mais trinta dias o período da piracema reverbera sentidos na normatização da Lei 6.672. É interessante, destacar que a pesca vincula-se como subsistência na história humana desde os tempos primitivos, quando o homem vivia da caça e da pesca. Pode-se dizer da importância da pesca na vivência e na subsistência da Humanidade. Os rios configuram-se na História como grandes protagonistas no dizer das conquistas do homem. É sobre as águas que acontece(ram) fatos importantes, citamos alguns exemplos como: a descoberta das Américas, a descoberta do Brasil pelos portugueses, a colonização portuguesa, as formações dos povoados que posteriormente tornaram-se cidades.

Nessa direção, nos possibilita afirmar que a cidade de Cáceres tem na sua fundação um dizer todo inserido na existência do rio. É uma cidade que dá visibilidade ao dizer sobre o ecológico. A sua memória textualiza, no espaço urbano, sentidos que remetem ao que o rio produz. Motta (2009), por exemplo, enfatiza em seu trabalho²⁹ que a relação do rio estabelece sentidos distintos para a cidade e para a região tais como: transporte, culinária, souvenir, turismo, trabalho dentre outros.

Nesse raciocínio, compreendemos que o dizer de prorrogação da piracema, na cidade de Cáceres constitui-se de três momentos significativos. O primeiro se dá no ato do Juiz Federal assinar a liminar, promovendo uma desestabilização na memória

²⁹ Ver em MOTTA (2003) O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de MT. Dissertação de Mestrado – UNICAMP.

constituída no processo da legitimação da pesca no Estado. O segundo, por sua vez, acontece na presentificação da prorrogação pela mídia, que a textualiza e faz emergir o discurso da preservação das espécimes de pescado no rio Paraguai e nos seus afluentes. A prorrogação da piracema nos rios do município de Cáceres-MT como um acontecimento de linguagem significa o terceiro momento, em que tomamos a liminar de prorrogação, como lugar de estudo, a partir dos textos da Lei, dos textos jornalísticos e dos textos escritos pelos alunos/EJA.

A partir das análises, realizamos no primeiro capítulo uma descrição interpretativa do discurso ambiental sobre os principais movimentos ecológicos, relações que se instituíram e se significam entre o homem e o mundo. Abordando, então, o Pantanal mato-grossense, a significância do rio Paraguai para a cidade de Cáceres, cuja confluência geográfica e hidrográfica que agrupa no Estado de Mato Grosso faz do rio Paraguai o principal responsável pela drenagem do Pantanal.

Desse modo, o nosso estudo trata das mudanças políticas, econômicas e sociais relacionadas com os movimentos sobre a preservação ecológica, enquanto sentidos que se colocam em relação ao social.

O trabalho de ler o texto do aluno pelas análises, à luz da Análise de Discurso fez com que percebêssemos que a questão da ecologia é tomada pelo imediato, não no sentido amplo. No decorrer das análises, observamos no discurso que cada aluno/EJA produz, de modo geral, o discurso imediato, tomando assim, o discurso da preservação como efeito de *evidência*.

A partir dos questionamentos, entendemos que o trabalho filiado na teoria da Análise de Discurso nos proporcionou pensar a língua em relação ao lugar da não transparência. Em que as leituras que estão postas no dizer da mídia sobre a prorrogação da piracema, no poder local, distanciam-se das leituras de preservação no sentido global. Isso acontece quando o Juiz assina a liminar e “prorroga” a piracema, remete à lei maior, a Constituição Federal, que no Art. 225 assegura a preservação ambiental para todos. O ato de prorrogar a piracema significa não apenas no sentido do aqui agora, mas numa constituição de dizeres de uma determinação nacional que reverbera a preservação como um bem comum, não somente nos rios do município de Cáceres, mas para o mundo.

Observamos nas análises que o funcionamento discursivo do texto nos remete às condições de produção já estabelecidas na sua concepção. A posição sujeito do aluno/EJA se apresenta em diversas formações discursivas com um discurso marcado pela projeção imaginária do sujeito de direito e de deveres, o sujeito capitalista, conforme Haroche (1992), se apresenta no dizer do sujeito da Lei. Mobilizamos a posição sujeito do aluno EJA no discurso de prorrogação que aponta para posições distintas para um lugar de memória.

Nessa direção, pensamos a escrita como constitutiva de sentidos, pois entendemos conforme Ferreira (1999, p. 60) que a sintaxe exerce um papel mediador entre a *forma* e o *sentido*. E, observamos que isto se deve ao mecanismo do funcionamento da língua que é por natureza *multiforme* e *deslizante*. O que significa compreender o entrelaçamento da *forma* com o *sentido*, a partir dos quais se marcam e funcionam os discursos. Assim, procuramos em nosso trabalho dar visibilidade a *forma*, em que o uso das regras são de fundamental importância no ensino de língua, pois problematizamos a materialidade simbólica do discurso nos textos dos alunos. Dito de outra forma, a língua não é “fechada” nela mesma e que os sentidos sempre podem ser outros, visto que para a Análise de Discurso a língua não é transparente.

Queremos ressaltar que ao trazer para esta pesquisa os textos dos alunos/EJA para a constituição da nossa materialidade de análise construímos uma relação entre escola, prática docente e ensino, problematizando e analisando os diferentes dizeres na constituição sujeito do aluno/EJA sobre a questão da prorrogação da piracema, por meio das leituras dos textos jornalísticos que presentificaram o acontecimento na sociedade.

Podemos dizer que os objetivos desta pesquisa em analisar a posição sujeito aluno/EJA e os efeitos de sentido do discurso ecológico como *gesto de interpretação* apontam para outros dizeres. Desse modo, tomamos a linguagem como um lugar que emergem sentidos, o lugar da não transparência, de que todo dizer sempre remete a outro em que a posição-sujeito aluno/EJA projeta-se no discurso do ecologicamente correto nos textos dos alunos, ou seja, no artigo de opinião.

Pelas análises, observou-se que há uma unificação no dizer, uma práxis da mídia ligada no ecologicamente correto, depreendendo, então, que todo discurso se encaixa na não transparência da linguagem, o que nos remete pensar o texto como um lugar de sentidos na prática contínua da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMINO, João, *Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3ª edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença – Martins Fontes. 1980.

ARROYO. Miguel G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio. GOMES. Maria Amélia, GIOVANETTI, Castro e GOMES, Nilma Lino. (Orgs). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BARTHES, Roland. *Aula*: Cultrix, 2007.

BENVENISTE, Émile, *Problemas da Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

CLASTRES. Pierre. *A Sociedade contra o Estado* (artigo). Título original: Lê Societé contre l' Et alt. Tradução, Theo Santiago. Data da digitalização, 2004. Data da Publicação do original, 1974.

FERREIRA, Leila Costa. O ambientalismo após a ECO 92. In: *Revista Idéias*, 2 (1), Série: 1., 1996. 49-58p.

FERREIRA, Maria Leandro. O lugar da sintaxe no discurso. In: *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Org. Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre: RS. Sagra Luzzatto, 1999.

_____. *Estado e ecologia: novos dilemas e desafios*. 1992. 284 f. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. São Paulo. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/71282/clastres-a-sociedade-contra-o-estado.pdf>> Acesso em: 20 de ago. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. (Trad.) MARIA ERMANTINA GALVÃO. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADET, F. & HAK, TONY (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer Querer Dizer*. Tradução Eni. P. Orlandi. Colaboração Freda Indursky e Marise Manoel. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. Apêndice: Sentido, Sujeito Origem. In: *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

HERBERT, Thomas. Observações para uma Teoria Geral das Ideologias. In: *Revista Rua*. NUDECRI - março. Vol. 1. 1995.

INDRUSKY, Freda. Primeira Parte: Preparando a análise. In: *A fala dos quarteis e as outras vozes*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

LAGAZZI, Suzy, *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 3ª ed. 2003.

MENDES. Ferreira. Natalino. *Memória Cacerense*. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 1998.

_____. *História de Cáceres: história da administração municipal*. 2ª ed. Revisão e atualização pelo autor. Cáceres, MT: Editora UNEMAT, 2009.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan: Campinas, 1998.

MOTTA, Ana Luíza Artiaga R. da, *O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, SP, 2003.

_____. Lei da pesca: A Institucionalização do discurso Ecológico. In: *Fronteiras discursivas: espaços de significação entre a linguagem, a história e a cultura*. ZATTAR& SOUZA (orgs). Campinas, SP: Capes/PQI, Pontes Editores, 2007.

_____. *O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso*. Tese de Doutorado, Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

_____. Planejamento urbano: uma voz da cidade. In: *Linguagem & Memória: discursos em movimento*. RENZO, MOTTA, OLIVEIRA (Orgs.) Campinas: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Exterioridade e ideologia*. Cad. Est.Ling., Caminas, (30): 27-33, Jan./Jun. 1996.

_____. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeito do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. O discurso da Educação Ambiental. In: *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo, 1996. Gaia e Ecoar de Educação Ambiental. 37-47p.

_____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 3ª ed. Campinas: SP: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e Leitura*. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. 2ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

_____. *Terra à Vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. Educação em direitos humanos: um discurso. In: *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, (19): 7-24, jul/dez. 1990.

_____. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1997.

_____. M. O Papel da Memória. In: *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *M. O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. Ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2008.

PIAIA, Ivane Inêz. Geografia de Mato Grosso. 2. Ed. Ver atual. Cuiabá: EdUNIC, 1999.

PÓVOAS, Lenine. C. *História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do império*. Cuiabá, MT. Vol.1, 1995.

SAUSSURE, Ferdinando. *Curso de Linguística Geral* (Orgs) BALLY & SECHEHAYE. São Paulo, SP: Cultrix, 1995.

RENZO, Ana Di. O texto nas práticas linguísticas escolares. In: *Linguagem & Memória: discursos em movimento*. RENZO, MOTTA, OLIVEIRA (Orgs.) Campinas: Pontes Editores, 2011.

SILVA, Márcia Vieira da. Alfabetização, escrita e alfabetização. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalingüístico e*

constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

SILVA, Telma Domingues. *A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. 1995. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudo da Linguagem. Universidade do Estadual de Campinas. São Paulo.

_____. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental. In: *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos*. São Paulo, 1996. Gaia e Ecoar de Educação Ambiental.47-58p.

_____. A língua escrita jornalística. In: *Produção e circulação do conhecimento*. GUIMARÃES, Eduardo (Org.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

_____. A natureza como “patrimônio público”; discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil. In: *IDÉIAS*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. N.14, n.1/2; 2007; pág. 335-359.

_____. Populações tradicionais: sobre a formulação e circulação de conceitos no discurso ambiental. In: *MOARA*. Revista da Pós- Graduação em Letras da UFPA. N. 34, julho-dezembro 2010.

_____. *Divulgação científica e meio ambiente: o sujeito do uso e o sujeito do manejo*. UNIVAS/UNICAMP, (?)

SOUSA, José V. *O discurso ecológico*. Dissertação de Mestrado. Pouso Alegre: UNIVÁS/Fafiep, 2006.

SEDUC-MT. *Por uma política pública de Educação de Jovens e Adultos*. Novas perspectivas para o Estado de Mato Grosso. 2007.

SOEK, Ana Maria. *Mediação pedagógica na alfabetização de jovens e adultos*. Curitiba: ed. Positivo, 2009.

UNESCO. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: 2008.

VIOLA, Eduardo J. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): ambientalismo à ecopolítica*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 3 e Vol.1 fevereiro de 1987.

_____. *O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável*. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Ecologia, Política e Sociedade” no XV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, MG, 15-18 de outubro de 1991.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Um estranho no ninho - Entre o jurídico e o Político: o Espaço Público Urbano. In: *RUA*, UNICAMP- NUDECRI. Campinas, SP.1999.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Constituição do Estado de Mato Grosso, 1989.

Referências Eletrônicas

ALBUQUERQUE JR. *Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade* Disponível em: <<http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2013.

Constituição Brasileira de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 19 jun. 2013.

Histórico da EJA. Httpp/ <www.forumeja.org.br/DF> Acesso em: 25 jul. 2012.

Declaração de Hamburgo Sobre Educação de Adultos V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br/pi/files/V%20Confintea%20Hamburgo%201997.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-relacoes-ecologicas/manifesto-ecologico-2.php>> Acesso em: 12 abr.2013.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 202, DE 22 DE OUTUBRO DE 2000 Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0201-221008.PDF>> Acesso em: 24 fev. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408>>> Acesso em: 18 set.2013.

BRASIL .Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao>. Acesso em :11 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Base Nacional. *Desafios da Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf> Acesso em: 26 jun. 2013.

SEMA. Legislação Federal aplicada á Fauna e Recursos Pesqueiros. Disponível em:<http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=414&Itemid=346>. Acesso em: 24 fev. 2014.

SILVA. M.V. *História das Idéias Lingüísticas: o Estado, as instituições, as políticas*. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/165/ArtigoseComunicacoes/1Historia.pdf>.> Acesso em: 20 ago. 2013.

Psicultura indígena no alto rio Negro. Disponível em:

≤<http://www.socioambiental.org/pisci/manejo.shtm>.≥ Acesso em: 27 dez.2013.

KAWAKAMI.E.de.R. *Considerações para definição de períodos de defeso de reprodução: o caso do Pantanal*. Por: Emiko Kawakami de Resende. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM039.pdf>.> Acesso em 20 ago. 2013.

Disponívelem:<http://www.al.mt.gov.br/v2008/Raiz%20Estrutura/Leis/admin/ssl/L4560.htm>. Acesso em : 25-10-2013.